

# IMPACTOS

18

— ENSINO E SUAS INTERFACES —

EDUCAÇÃO • CIÊNCIA • SOCIEDADE


[revistaimpactos.com.br](http://revistaimpactos.com.br)


ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:  
DIREITO DO ESTUDANTE E DEVER DO  
ESTADO E DA FAMÍLIA – UMA DISCUSSÃO  
SOBRE O ENSINO À LUZ DA LEGISLAÇÃO



O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO  
DE ENSINO -APRENDIZAGEM:  
sob o OLHAR DO COORDENADOR  
PEDAGÓGICO



O BRINCAR COMO  
atividade humana: um dispositivo  
FUNDAMENTAL PARA MINIMIZAR  
DIFICULDADE da aprendizagem



O LÚDICO COMO IMPORTANTE  
ALIADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
UM ELEMENTO DIFERENCIAL NO  
PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM



O PROCESSO DE ENSINO - APRENDIZAGEM  
MEDIADO pelo lúdico: UMA NECESSIDADE  
para o desenvolvimento das habilidades



DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:  
ESTRATÉGIAS DE ENSINO, METODOLOGIAS  
ATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO  
NA PERSPECTIVA DA DIALÓGICA...



ESTUDANTES COM NECESSIDADES  
EDUCATIVAS ESPECIAIS DE APRENDIZAGENS:  
INCLUSÃO no processo de ensino  
DA SALA REGULAR

*Educar é transformar.  
Conhecimento é impacto.*



PESQUISA,  
REFLEXÃO E  
PRÁTICAS QUE  
GERAM IMPACTO  
NA EDUCAÇÃO.

---

SILVA, DUANA M<sup>a</sup> PREIRA DA  
SOUZA, GILCIENE ALVES DE  
SOUZA, ELIETE MARIA RIBEIRO DE  
MORAES, WAGNER SILVA DE  
CRUZ, FRANCIELY SOUSA DA  
SANTOS, JOSÉ OLÍMPIO DOS  
SOUZA, LUCINEI DE JESUS ALMEIDA  
SILVA, DANIEL SOARES DA  
SOARES, SIMONE SANTANA COSTA  
MACEDO, KARLA CRISTINA MARQUES  
SANTOS, MARINALVA LÚCIA DOS  
OLIVEIRA, LUCINEIA DE  
AIVY, EUNICE GONÇALVES  
PAIVA, GILMAR BORGES DE  
OLIVEIRA, NELCI JAQUELINE DE  
CASSIANO, ROSINEIDE APA

PEREIRA, AMARILSON ROSA FERREIRA  
BALLER, TEMIS  
FERREIRA, EVALDO  
SILVA, ELISANGELA O.DE CARVALHO DA  
LOPES, LIVIA LAINARA SILVA  
OLIVEIRA, CARINE MARINE QUEIROZ DE  
GUIMARÃES, DEUVANA F. CHELIS  
RODRIGUES, CLEIRE OLIVEIRA  
FRANÇA, WENDER JEIWESON A. DE  
SILVA, DENYSON JALES DA  
OLÍMPIO, FELIPE FÉLIX DA COSTA  
SANTIAGO, HELENA BARBOSA  
FERNANDES, SELMA DE OLIVEIRA  
ARAÚJO, SÔNIA VENÂNCIO DE  
VIEIRA, OSVALDO DE OLIVEIRA  
AMARAL, IDIRENE QUEIROZ

**Revista Impactos  
O Ensino e Suas Interfaces**

Volume 18

**Cuiabá/MT  
2026**



2026 by Revista Impactos

Texto:José Olímpio dos Santos  
Revisão Gramatical:Antônio Gomes  
Capa do Projeto:Wendy Aluriel Borges  
Diagramação:Wendy Aluriel Borges  
Imagens e Ilustrações:(<https://br.freepik.com/>)

Esta revista foi revisada por duplo parecer, mas os editores têm a política de reservar a privacidade

ISSN : 2316-7009

---

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA EM FORMATO DIGITAL:  
<https://www.revistaimpactos.com.br/>

Revista Impactos  
R. Itajubá, 2 - Morada da Serra,  
Cuiabá – MT, CEP 78055-115  
[impactosrevista@gmail.com](mailto:impactosrevista@gmail.com)

## Sumário

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DIREITO DO ESTUDANTE E DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA – UMA DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO À LUZ DA LEGISLAÇÃO.....	05
O DESENVOLVIMENTO DO PROCRRSSO DE ENSINO -APRENDIZAGEM: SOB O OLHAR DO COORDENADOR PEDAGÓGICO.....	11
O BRINCAR COMO ATIVIDADE HUMANA: UM DISPOSITIVO FUNDAMENTAL PARA MINIMIZAR DIFICULDADE DA APRENDIZAGEM.....	20
O LÚDICO COMO IMPORTANTE ALIADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ELEMENTO DIFERENCIAL NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM.....	30
O PROCESSO DE ENSINO - APRENDIZAGEM MEDIADO PELO LÚDICO: UMA NECESSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDDES.....	42
DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS DE ENSINO, METODOLOGIAS ATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA DIALÓGICA...52	
ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DE APRENDIZAGENS: INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO DA SALA REGULAR.....	65

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DIREITO DO ESTUDANTE E DEVER DO  
ESTADO E DA FAMÍLIA – UMA DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO À LUZ DA  
LEGISLAÇÃO**

SILVA, DUANA M<sup>a</sup> PREIRA DA  
SOUZA, GILCIENE ALVES DE  
SOUZA, ELIETE MARIA RIBEIRO DE  
MORAES, WAGNER SILVA DE  
CRUZ, FRANCIELY SOUSA DA  
SANTOS, JOSÉ OLÍMPIO DOS

**Cuiabá - MT**

# ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DIREITO DO ESTUDANTE E DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA – UMA DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO À LUZ DA LEGISLAÇÃO

SILVA, DUANA M<sup>a</sup> PREIRA DA<sup>1</sup>  
SOUZA, GILCIENE ALVES DE<sup>2</sup>  
SOUZA, ELIETE MARIA RIBEIRO DE<sup>3</sup>  
MORAES, WAGNER SILVA DE<sup>4</sup>  
CRUZ, FRANCIELY SOUSA DA<sup>5</sup>  
SANTOS, JOSÉ OLÍMPIO DOS<sup>6</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa visa evidenciar o papel da família e do Estado enquanto instituições que tem obrigações, específicas no processo de ensino-aprendizagem tendo como enfoque a alfabetização e letramento em instituições essenciais para o processo educativo. A metodologia utilizada foi a bibliográfica na qual foi constatado que as duas instituições possuem deveres específicos no que tange a educação. Coube, também, fazer a diferenciação de dois processos educativos, alfabetização e letramento e de educação informal e formal. Foi chegado às considerações conclusões de que a família e o Estado precisam estar cientes de seu papel no processo educacional além disso, caminharem juntos. O tema é muito vasto e que cabe estudos mais aprofundados dentro da temática ou temáticas abordadas neste trabalho e que os conceitos foram explanados de forma sintética.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Letramento; Educação.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar a estruturação do processo educacional brasileiro, bem conhecer quais são as principais leis que discutem sobre qual é o papel da família e do Estado nesse cenário. Dessa forma, estruturado na pergunta que provoca a pesquisa. Quais instituições estão envolvidas no dever e direito à educação? A pesquisa está estruturada em três momentos onde dão base para responder à pergunta ora citada.

No primeiro momento se analisa documentos oficiais como a educação está estruturada e a competência da família e do Estado. Foi utilizado o Estatuto da Criança e do Adolescente; Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96; Base Nacional Comum Curricular.

No segundo é verificado a dicotomia entre alfabetização e letramento no processo educativo. Foram utilizados os seguintes autores: Magda Soares (2020), com a obra Alfabetização e letramento; Emília Ferreiro (2011), com a obra Com todas as letras; Jociane Stolf (2011), com a obra Teorias do letramento: as práticas sociais de leitura e de escrita.

No terceiro momento foi elaborado uma reflexão, visto que, nos capítulos anteriores, já foram mencionados quais eram os direitos do estudante e qual o dever da família e do estado, sobre como estas duas instituições estão entrelaçadas no campo educacional. Aqui foram utilizadas as contribuições, de Stolf, citada anteriormente. Concluindo com uma breve análise sobre a atuação da família e da escola e deixando claro que a temática é ampla e cabe estudos mais aprofundados.

<sup>1</sup>Especialista em Docência para a Ed. Profis e Tecnológica – IFESP

<sup>2</sup>Letras-Inglês –Unemat

<sup>3</sup>Mestrado em Ensino –UNIC

<sup>4</sup>Psicopedagogia -IE SÉV XXI

<sup>5</sup>Esp. Educação Especial e Inclusiva –FAEL

<sup>6</sup>Doutor em Psicologia –PUC

## 2. DESENVOLVIMENTO

Ao contrário do que muitos pensam a educação não depende apenas da instituição escolar, dessa forma outras instituições são responsáveis perante a lei. Dessa forma, no Estatuto da Criança e do Adolescente - Capítulo III, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – Art.53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Além de destacar que a criança e o adolescente têm direito a educação é preciso deixar claro quais são as entidades responsáveis de assegurar esse direito. Na constituição Federal de 1988 estabelece então, quais são asseguradores desse acesso. Assim, no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto; Seção I, Da Educação; Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Veja que para assegurar a educação a todos é necessário que estado e família saiba quais são suas obrigações, pois são, a meu ver, as mais importantes nesse processo. Nos documentos, ora mencionados, deixa claro quais são os papéis de cada instituição que faz parte do processo educacional não cabendo aqui expor, pois fugiria da proposta de pesquisa.

Nisto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394/96 - é outro documento que rege algumas práticas da educação. Em seu primeiro artigo: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Em 2020 foi implantada a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, sendo estruturada em competências e habilidades para a educação básica, dessa forma o documento dá alicerces para que os municípios possam construir as propostas curriculares levando em consideração a região em que se encontra. O documento ora mencionado está em consonância com a Constituição Federal e LDB, também citados anteriormente.

A BNCC está estruturada em dez competências gerais básicas e por etapas de ensino que são: educação infantil, ensino fundamental (compreende fundamental anos iniciais, do 1º ao 5º ano, e anos finais, do 6º ao 9º ano) e ensino médio.

No que rege o ensino fundamental, há separação por áreas de conhecimento com competências específicas. O documento deixa claro que:

[...] nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita e ao seu desenvolvimento em práticas diversificadas de letramento (BRASIL, 2018, p. 59).

Importante salientar que, como já mencionado, o estado e a família são os protagonistas no que tange a educação em aspectos gerais, pois são, por dever, as responsáveis para que o estudante tenha acesso e permanência em âmbitos educacionais.

Compete ao estado implementações de políticas públicas e assegurar o acesso e principalmente a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, que visam melhorar a educação em sua integralidade.

Utilizados com frequência na área da educação os termos alfabetização e letramento causam muitas dúvidas aos agentes principais desses processos, pais e professores. Dessa forma, cabe aqui conceituar e diferenciar esses dois conceitos. Antes, é preciso deixar claro que alfabetização e letramento devem ser processos desenvolvidos concomitantes e não esquecer que eles têm especificidades próprias.

Para além disso é preciso entender que o processo de alfabetização e conseqüentemente de letramento são constantes, não há um limite, ou seja, um ponto final e término. Segundo Soares (2020, p. 16), “é verdade que, de certa forma, a aprendizagem de língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido”, há fronteiras entre eles, pois cada qual carrega significados diferentes.

Alfabetização, em linhas básicas, é o processo que se dá pela representação gráfica de sons de uma determinada língua/idioma, importante ressaltar que o processo inverso é assertivo. Segundo Ferreiro (2011, p. 9): “A mais básica de todas as necessidades de aprendizagem continua sendo a alfabetização”.

Tomando a conotação da citação de Ferreiro, estamos cercados de linguagens que são as mais diversas possíveis. Veja que antes mesmo de sair de casa o indivíduo está imerso nesse conceito, seja pela TV, rádio. Jornal, rótulos de produtos diversos, manuais de instruções, listas de supermercado, imãs de geladeira, estampas de camisetas diversos outros.

E quando saímos de casa ainda mais, são placas de trânsito, semáforos, letreiros, panfletos, anúncios de carro de som, cartazes de promoção em mercados, farmácias e lojas de móveis etc.

Toma-se, por isso, aqui, alfabetização em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita (SOARES, 2020, p. 16).

Veja que estes dois termos estão presentes no cotidiano e só é possível desenvolver autonomia para compreendê-los quando somos imersos, seja pela sociedade fora e dentro da escola. Assim, se trona básica e de suma importância o processo de alfabetização para chegar, então ao letramento.

Após estar consolidado a alfabetização o próximo passo é internalizar e desenvolver habilidades de letramento. Soares (2020, p. 30) mostra que letramento é o processo que se encontra nos usos sociais de leitura e escrita. Ainda segundo a autora, cabe a esse processo domínios que vão além de capacidades de escrita e leitura, assim cabe a habilidade de compreensão e interpretação das mais diversas linguagens que certa o ser humano, no entanto somente é possível ter um domínio amplo e autônomo após compreender os códigos de leitura e escrita.

Stolf (2011, p. 19) afirma que o letramento é adquirido a partir da vivência diária e que o contato social, entre indivíduos diversos, é propício para a progressão e consolidação do letramento. É importante deixar claro que os conceitos supracitados foram simplificados e que cabe estudos mais aprofundados para compreender a complexidade deles.

Para dar continuidade irei parafrasear algo que rege este trabalho, a educação não surge de forma unidirecional ela é um direito social de acesso a todos e de dever do estado, enquanto instituição, e da família. Assim, esse direito deve ser assegurado em forma de dever destas duas instituições. Dito isso será feito um compilado de atuações que compete tanta família quanto a escola.

Veja que, nesse momento, é importante salientar que existem duas formas de educação: a educação formal, fornecida por instituições oficiais de ensino, e educação informal, igreja, família, clubes, bairro entre outros. O processo educativo se inicia antes mesmo do acesso da criança a escola, visto que o primeiro contato que a criança tem ao chegar ao mundo é no seio familiar, dessa forma, espera-se que as interações sociais sejam múltiplas e que a família garanta isso. E nesta multiplicidade de interações é que a família deve ter ciência de seu papel educador.

Para suprir algumas necessidades a família deve fornecer acesso diversos a essa criança, pois até que ela atinja a idade mínima necessária para ter acesso a escola é nesse meio social em que ela constrói sua identidade e personalidade. Esse acesso pode ser de forma implícita ou explícita.

O acesso a material diversos auxiliam, de forma implícita, a decodificação de códigos, como por exemplo ao ver TV, nesse veículo, quase que universal nas casas da população, a criança tem acesso a diversas linguagens e forma de comunicação. Os calendários em forma de imã de geladeira ou até mesmo pregados na parede devem dar a noção de tempo que são separados em na, mês, dia da semana e números. É nesse momento que ela percebe que os adultos consultam o calendário para verificar em que dia está ou até mesmo para marcar algum compromisso.

O relógio, seja de pulso, no celular ou de parede é um instrumento que auxilia a compreensão do tempo e como ele está caracterizado, neste caso por horas, minutos e segundos. O supermercado também é um lugar de ensino, pois é ali que a criança vê como os produtos estão dispostos e que é preciso utilizar dinheiro para ter acesso a eles. Além de que ela percebe a movimentação de outras pessoas e faz relação do “eu” e o “outro”.

De forma explícita e programada, a família pode fazer momentos de leitura com as crianças, aspectos de suma importância e que auxiliará no processo de escolarização. Além de deixar que elas auxiliem nas tarefas de casa, como da construção da lista do supermercado e nas tarefas de organização como jogar o lixo, limpar, guardas as roupas, separar as roupas etc.

Assim: “[...] existem práticas pedagógicas bem-sucedidas que poderão ser adaptadas conforme o contexto social da comunidade em que você atua [...]” (STOLF, 2011, p. 59).

Então, no processo de escolarização, quando a criança começa a ir à escola, a família deve estar presente e dar continuidade participando do processo formal, pois é na escola que o estudante irá fazer associação com a educação recebida em casa. Um exemplo é diferenciar os diversos símbolos como letra e números, processo que ela já teve acesso em casa, seja na TV, na produção da lista de supermercado ou até mesmo no relógio.

Posso dizer que o a atuação da família não termina quando começa a atuação da escola, pelo contrário, são processos que necessitam de parceria, pois as duas instituições são responsáveis para a capacitação do estudante que ao longo de sua vida terá acesso as diversas esferas da sociedade.

A escola nada é mais que uma extensão da comunidade e em certos momentos é na escola que o estudante passa a compreender a sociedade em toda sua complexidade. Segundo Stolf (2011), se a criança não sabe ler cabe ao professor proporcionar momentos e espaços de leitura. Assim, a alfabetização, em certo ponto, é de competência da escola, pois é lá que a criança vai sair do abstrato partindo para o concreto, e o letramento será uma consequência desse processo, levar para sociedade as diversas formas de compreensão do que as cercam. Por fim, cada instituição tem seu papel no processo da educacional e cada qual com sua relevância. Sabendo disso, cabe aqui deixar claro que este trabalho é uma síntese e que o tema não se encerra com as considerações feitas, cabendo ainda estudos e aprofundamentos.

## **CONCLUSÃO**

Verificado a importância da família e do estado no processo que visa a educação e escolarização é possível concluir que ambas devem trabalhar juntas para que o sucesso e os objetivos sejam alcançados. É relevante destacar que elas têm papéis distintos em certos pontos, mas que no geral buscam o mesmo objetivo, desenvolver habilidades pertinentes a interpretação da sociedade.

Alfabetização e letramento não devem estar sujeitados apenas dentro da escola, a família tem, em certos pontos, sua responsabilidade, pois a criança precisa de cuidados físicos e psicológicos para processar toda a complexidade que é viver em sociedade e assim nos diversos espaços existentes. Por fim, é dever dessas duas instituições garantir o acesso e a permanência do estudante em instituições formais de ensino quando ele atingir idade mínima.

## REFERÊNCIAS

f, G

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: material de referência pedagógica, educação infantil e ensino fundamental. Por dentro da BNCC. São Paulo: Moderna, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Presidente da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm). Acesso em: 19 de mar. de 2022.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 19 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 16 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 19 de mar. de 2022.

FERREIRO, Emília. Com todas as letras. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 7. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

STOLF, Jociane. Teorias do letramento: práticas sociais de leitura e de escrita. Indaial: Uniasselvi, 2011.

**O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO -APRENDIZAGEM: sob o  
OLHAR DO COORDENADOR PEDAGÓGICO**

SOUSA, LUCINEI DE JESUS ALMEIDA  
SILVA, DANIEL SOARES DA  
SOARES, SIMONE SANTANA COSTA  
SOUZA, GILCIENE ALVES DE  
MACEDO, KARLA CRISTINA MARQUES  
SANTOS, MARINALVA LÚCIA DOS

**Cuiabá – MT**

# O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE ENSINO -APRENDIZAGEM: SOB O OLHAR DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

SOUSA, LUCINEI DE JESUS ALMEIDA<sup>1</sup>  
SILVA, DANIEL SOARES DA<sup>2</sup>  
SOARES, SIMONE SANTANA COSTA<sup>3</sup>  
SOUZA, GILCIENE ALVES DE<sup>4</sup>  
MACEDO, KARLA CRISTINA MARQUES<sup>5</sup>  
SANTOS, MARINALVA LÚCIA DOS<sup>6</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem a destacar a relevância do papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar frente à formação continuada de professores. A importância e atualidade deste estudo nos faz retomar nossos conhecimentos frente a prática pedagógica em coordenação. Sabemos que o coordenador tem sua contribuição como agente articulador visando o sucesso do processo de ensino-aprendizagem, bem como, no seio da escola de educação básica, locus do exercício de liderança deste profissional, certamente se mostram pontuais na organização e desdobramento das suas atribuições. Dessa forma, o coordenador realiza seu papel, em relação ao seu compromisso teórico-metodológico, no estabelecimento de um clima organizacional propício ao desenvolvimento de um trabalho paltato no respeito das distintas vozes que se apresentam no âmbito escolar. Por meio de uma revisão de literatura, de discussões e análises de vivências no cotidiano da escola, selecionamos alguns pontos recorrentes para a discussão do objeto de estudo, o que nos possibilitou a constatar que a prática pedagógica se constrói pela contribuição de todos os atores sociais, cujo sujeito facilitador, pode ser materializado, dentre outros, na figura do coordenador pedagógico.

**Palavras-chave:** Formação de Professores; Coordenador Pedagógico; Ensino e Aprendizagem

## 1. INTRODUÇÃO

Sabemos que ação pedagógica no cotidiano do coordenador pedagógico requer muita atenção, diálogo habilidade, companheirismo, respeito, dedicação, interesse, compromisso para que todos que estão envolvidos no processo ensino aprendizagem dos alunos possam desempenhar um excelente trabalho na coletividade da escola. As razões pelas quais escolhi o tema para desenvolver foi pelo fato de trabalhar na zona rural com criança da alfabetização e enfrentamos algumas dificuldade para desenvolver o nosso trabalho pedagógico. Lá convivemos com uma coordenadora que não tem um preparo pedagógico, isso acaba deixando a desejar.

A coordenadora faz todo trabalho necessário dentro da escola assumindo o papel de diretor, secretário deixando muitas vezes o seu trabalho de lado. Para que eu pudesse entender melhor o papel do coordenador pedagógico procurei estagiar no Centro de Educação Infantil “Tia Nastácia” onde lá tem duas coordenadora e uma diretora. E assim poder buscar novas experiência. Sabemos que não é fácil mexer com ser humano, existe ideal diferente um do outro na qual requer todo um meio de atenção, respeito, para chegarmos a um bom senso e desenvolver um bom trabalho nos anseios das necessidades de cada um no convívio escolar. O trabalho tem como objetivo focar a

<sup>1</sup>Esp. Psicopedagogia -FAEL

<sup>2</sup>Esp. Educação Física Escola – Afirmativo

<sup>3</sup>Esp. Autismo-FABRAS

<sup>4</sup>Esp. Educação Integral – UFMT

<sup>5</sup>ESP. AEE - Faveni

<sup>6</sup>Esp. Psicopedagogia – FACIPAN

escola, a educação, a formação de professores, o coordenador pedagógico na ação pedagógica educacional. Através de pesquisa e contribuições de autores que poderão servir de base para a realização deste trabalho.

A razão da elaboração deste trabalho é para que mais uma vez tenhamos uma reflexão que possamos então ajudar a nós refazermos nossos conhecimentos diante o processo ensino-aprendizagem no cotidiano do coordenador na ação pedagógica, e, assim, superando obstáculos para que todos na coletividade possam atingir seus objetivos desenvolvendo assim um excelente trabalho na vida escolar dos alunos.

## **2. O COTIDIANO NA ESCOLA: desafios constantes**

A instituição na qual eu estagiei foi o Centro de Educação Infantil “Tia Nastácia” da rede Municipal. O prédio que funciona é próprio, fica situado a Rua Luiz Albuquerque Pereira de Melo e Cáceres em Vila Bela da Santíssima Trindade-MT. O mesmo foi criado para atender as crianças das zonas urbana e rural deste município. Os horários de atendimentos são parciais, ou seja, atende um público no período matutino e vespertino.

Conta com um número de 180 crianças e um quadro de 48 funcionários. Objetivando oferecer um ensino de qualidade para as crianças na faixa etária de zero a três anos. Os professores efetivos como os contratados são na maioria de formação pedagógica em várias áreas do conhecimento e tem pós- graduação.

Essa instituição começou a funcionar em 2012, já com problemas nas estruturas físicas e também com a equipe pedagógica despreparada para desenvolver um trabalho de qualidade no convívio da instituição. No ano de 2013, teve eleição para diretora e coordenadora atual foi à diretora e a outra coordenadora foi indicada por cargo político.

A dificuldade que se encontra na instituição, muitas vezes é falta de materiais didáticos e da instituição não ser autônoma, tudo tem que passar por secretário da educação até chegar ao prefeito para então serem resolvidos os problemas, que muitas vezes não são resolvidos, esperando outra eleição para prefeito para ser resolvido.

Na minha opinião deveria acabar com essa indicação partidária pessoal, pois com isso, percebe-se que as pessoas que foram indicadas pra trabalhar ali coordenador, fazem o papel de fiscalizador e são submissas ao chefe, tem que fazer o que ele manda não como que a instituição deveria andar, por que senão é mandado embora, como já aconteceu em outras épocas, em à pessoa que estava como diretora e não falou a linguagem dos chefes foi mandado embora. Só num mesmo passou por esta instituição três diretora e a coordenadora que foi indicada politicamente assumiu o cargo e vai chegar até o final do ano letivo.

Com essa situação, fica nítido que há alguns empecilhos e problemas de ordem física estrutural com por exemplo, a falta de telefone que tem na instituição, os recursos próprios que é pouco devido a quantidade de alunos, o refeitório que é atacado pelos pombos e passarinhos sem falar em outros insetos, entre outros, e em se reunir nas totalidades os pais para as reuniões pedagógicas.

Pois sabemos que a tarefa é longa, precisamos então procurar resolver os problemas, da melhor forma possível sem desmerecer o trabalho de ninguém. O trabalho coletivo faz com que todos participam e todos alcancem os mesmos objetivos.

A reflexão sobre os problemas educacionais nos levam à questão dos valores e objetivos da educação. Partindo de uma compreensão do homem no contexto situação-liberdade-consciência, referindo-o à realidade existencial concreta do homem brasileiro, pode-se enunciar esquematicamente objetivos gerais para a educação brasileira: educação para a subsistência, para a libertação, para a comunicação e para a transformação. Esta é a forma através da qual traduzimos, em termos de Brasil, o significado da educação como promoção do homem (SAVIANI, 1996, p.48).

Sabemos que a escola é o lugar que frequentamos para estudar e aprender vários conteúdos, além de proporcionar o convívio em grupo e fazer amizades. Antes de existir a escola, as pessoas aprendiam através da troca de experiências, por imitação. Os pais ensinavam coisas aos filhos e isso ia passando por várias gerações.

As igrejas também eram responsáveis pela educação. Nelas, ensinavam-se os Salmos bíblicos. No Brasil, os padres Jesuítas foram os primeiros educadores, eles ensinavam os índios. Aos poucos a educação foi sendo valorizada e as escolas sendo construídas.

Uma escola é composta por vários funcionários e todos eles são importantes para que a mesma tenha um bom funcionamento. Cada pessoa exerce uma função diferente, que auxilia a organização desse ambiente, como: as faxineiras ou serventes, que cuidam da limpeza do ambiente; o porteiro ou vigia, que faz a segurança do local, não deixando pessoas estranhas entrarem; a cozinheira ou merendeira, que preparam os lanches; a secretária, responsável pela organização dos documentos; o digitador, que digita as tarefas, provas e circulares; os professores, responsáveis pelas aulas; a orientadora, que cuida dos relacionamentos entre todos da escola; a coordenadora, que dirige o trabalho dos professores e verifica a execução do trabalho; e o diretor, que administra toda a instituição.

Na escola as crianças aprendem a respeitar as pessoas, a conviver com normas e regras, e adquirem novos conhecimentos. Todos devem colaborar com o funcionamento da escola, tratando bem as pessoas, não faltando às aulas, participando das atividades e mantendo o ambiente limpo e saudável.

### **3. COORDENADOR: DIRECIONA, ACOMPANHA E SUGERE INTERVENÇÃO**

O estudo nos proporcionou relevantes contribuições, fundamentos e apoio na literatura para a prática do coordenador na escola. Sabemos que dentro da unidade escolar, o papel do coordenador pedagógico nem sempre é bem definido. Muitos acham que esse profissional exerce o cargo de auxiliar do diretor para as questões burocráticas.

Outros já acreditam que cabe a ele resolver todos os problemas disciplinares dos alunos. E o pedagógico? É aí que está à denominação do cargo e na maioria das vezes está sendo esquecido. É essa palavra que define a tarefa do coordenador, entre outras funções, está a de fazer com que os professores aperfeiçoem sua prática em sala de aula para que os alunos aprendam sempre, mais e melhor.

Para tanto, ele só tem um caminho que de realizar a formação continuada dos docentes da escola e sistematiza o plano de ensino. É nessa mesma ótica que percebemos a importância do papel do coordenador em está bem definido para então desenvolver as suas atribuições significativas para função.

No entanto, o coordenador é como agente articulador do dialogo que deve estar atento à transformação da comunidade escolar, promover a reflexão em torno das relações escolares e da transformação da prática pedagógica. Assim implica que ele possa desenvolver com mais eficiências o seu trabalho.

Dentre todas as dificuldades que surgem perante essa função é importante que compreendamos que o coordenador pedagógico interage diretamente com os professores, diretamente com seus trabalhos docente em sala de aula e com o planejamento da escola o projeto político pedagógico -PPP. Para Orsolon (2013) o coordenador é apenas um dos atores que compõem

o coletivo da escola. Para coordenar, direcionando suas ações para a transformação, “precisa estar consciente de que seu trabalho não se dá isoladamente, mas nesse coletivo, mediante a articulação dos diferentes atores escolares, no sentido da construção de um projeto político-pedagógico transformador”. (ORSOLON, 2013, p.19).

Segundo Orsolon (2013) algumas atitudes do coordenador são capazes de desencadear mudanças no professor, que são, promover um trabalho de coordenação em conexão com gestão escolar. Quando os professores percebem essa integração, sentem-se sensibilizados para a mudança, já que o planejamento do trabalho se dá de forma menos compartimentalizado.

É na realização de trabalho coletivo que mudança só acontece se todos se unirem em torno de um objetivo único, pois será mais fácil compartilhar concepções e dúvidas, buscando uma construção coletiva. Mediar à competência docente.

O coordenador pedagógico deve considerar o saber, as experiências, os interesses e o modo de trabalhar dos professores, criando condições para questionar essas práticas e disponibilizando recursos para auxiliá-los. Desvelar a sincronicidade do professor e torná-la consciente.

O coordenador tem que propiciar condições para que o professor analise criticamente os componentes políticos, humano interacionais e técnicos de sua atuação, para que perceba a necessidade ou não de uma mudança em sua prática. Investir na formação continuada do professor na própria escola.

A formação continuada possibilita, no interior da escola, que o professor faça de sua prática objeto de reflexão e pesquisa, transformando-a sob a direção do projeto de transformação da escola. Incentivar práticas curriculares inovadoras. É importante que o coordenador proponha aos professores uma prática inovadora e acompanhe-os na construção e vivência de uma nova forma de ensinar e aprender.

No momento, é preciso que essas práticas sejam compatíveis com as convicções, anseios e modo de agir do professor, pois é preciso que ele acredite na importância dessa inovação para que seu trabalho, de fato, se modifique. Estabelecer parceria com o aluno. O aluno deve ser incluído no processo de planejamento do trabalho docente.

Criando oportunidades para que os estudantes participem com opiniões, sugestões e avaliações do processo de planejamento do trabalho docente, o coordenador possibilita que a aprendizagem seja mais significativa para alunos e professor, pois os alunos ajudarão o professor a redirecionar a sua prática. Criar oportunidades para o professor interagir sua pessoa à escola.

É necessário que sejam criadas situações para que o docente compartilhe suas experiências, se posicionando de forma integral enquanto pessoa, cidadão e profissional, aprendendo com as relações no interior da escola. Procurar atender às necessidades reveladas pelo desejo do professor.

O coordenador deve estar sintonizado com os contextos sociais, educacionais e o da escola onde o professor atua para que capte essas necessidades e possa atendê-las. Estabelecer parceria de trabalho com o professor. Esse trabalho possibilita tomada de decisões passíveis de serem realizadas, pois, se sentindo apoiado, o professor se compromete mais com o seu trabalho, com o aluno e consigo mesmo. Propiciar situações desafiadoras para o professor. As expectativas dos alunos em relação ao curso, uma nova proposta de trabalho ou as ações do coordenador podem provocar uma desinstalação do professor, que irá despertá-lo para um processo de mudança.

Dessa forma essas ações acima relacionadas trazem alguns elementos comuns: o trabalho coletivo, a formação continuada do docente e uma constante provocação do coordenador, no sentido de desencadear mudança em consonância com o coletivo escolar. Ao finalizar esse texto pude

perceber que o nosso objetivo é destacar a relevância do papel do coordenador pedagógico no planejamento escolar como agente articulador do diálogo atentando à transformação da comunidade escolar, promovendo uma reflexão em torno das relações escolares e da transformação da prática pedagógica.

Sei que um pouco de cada coisa que assimilei vai me ajudar muito no meu aprendizado e assim refazer meus conhecimentos para poder colocar em prática no decorrer do processo do trabalho diário como coordenadora se um dia assumir esse papel.

O texto lido de Jamil Cury nos faz refletir a gestão na educação que acontece no dia a dia como ato político o que implicam numa tomada de posição por parte dos professores, pais, profissionais e toda comunidades escolar, pois só assim a escola conseguirá cumprir sua função social que é ensinar.

Sabemos que a educação é um processo amplo na sociedade, ela começa em casa até chegar à escola, para formalizar. No momento a educação nem sempre consegue atingir seus objetivos. Nas famílias, quase não existem momento para o diálogo, para o fortalecimento dos laços afetivos, onde pais e filhos possam manifestar seus sentimentos. As preocupações, os problemas e as frustrações do cotidiano tomam contam das pessoas e elas deixam de viver a vida.

Na minha compreensão todas aquelas pessoas que está envolvido com a Educação precisam se preparar para educar com amor, usar a delicadeza e o carinho para com as crianças, pois se elas não encontram isto em outro lugar, é na escola que busca este afeto.

Na maioria das vezes, as crianças são muito carentes. A agressividade deve ser combatida com calma e com carinho. A amizade entre alunos e educadores cria um clima de muita confiança.

A criança procura no professor o que não encontra em casa ou na sociedade onde convive. A escola tem como objetivo principal a aprendizagem que essa venha se concretizar de forma significativa para os educandos, a fim de desenvolver as competências que a sociedade exige. A educação é direito de todos e está resguardada por lei, porém observa – se que esse direito é negligenciado quando a escola não consegue atender a todos devido à falta de estrutura que compromete a qualidade do ensino.

Outro ponto discutido pelo autor é a igualdade, segundo a Constituição Federal em seu artigo 206 inciso I, todo brasileiro tem igual condição de acesso à educação, no entanto não é esta a realidade que vivenciamos no nosso sistema de ensino, porque a educação ainda é privilégio de alguns.

Para garantir a permanência desses educando na escola, o gestor (diretor), no âmbito de suas atribuições deve zelar pela frequência dos alunos na escola junto aos pais, informá-los do rendimento dos seus filhos, apresentar a proposta pedagógica da escola, apresentar ao conselho tutelar e as autoridades competentes a relação dos alunos que apresentarem quantidades de faltas acima de 50% do percentual permitido e ainda liderar propostas que devam ser trabalhadas pela unidade de ensino de acordo com as possibilidades exigentes.

Atualmente ao analisarmos o termo gestão, este os remete a outros tais como: gestão compartilhada, democrática e participativa. Desta forma a Lei de Diretrizes e Base da educação brasileira- LDB, nº 9394/96 estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino, em cumprimento ao artigo 214 da Constituição Federal, que dispõe sobre o PNE, art. 9º resguardando os princípios constitucionais e de gestão democrática.

Em relação às funções da gestão, Segundo Mézáros (1981, p.260), “[...] que se tratando a atividade de gestão institucional esta tende a contemplar as relações entre as estruturas econômicas

e sociais juntamente com a produção e reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana”. Partindo destes pressupostos e paralelamente refletindo sobre o trabalho institucional como coordenador pedagógico é que vale salientar ainda que o principal desafio nesta função tem sido o de trabalhar as diversas habilidades no campo individual tornando-as um conjunto para o bem comum, ou seja, soma - lá aos objetivos do grupo e da instituição.

Quando se fala em gestão escolar democrática a primeira ideia que nos advém é de escolha para direção escolar. Segundo o autor existem várias modalidades para esta ação. Destacamos entre estas modalidades de escolha para direção escolar na rede pública de ensino: diretor livremente indicado; diretor por carreira; diretor aprovado em concurso público; diretor indicado por listas triplíces ou sêxtuplos ou processos mistos e eleição direta para diretor. Levando em consideração a máxima da conquista democrática em nossa escola e isto diz claramente sobre a participação de toda comunidade escolar.

Na instituição na qual estagiei trabalha um Diretor e duas coordenadora, uma é indicado como cargo político, se você apoiou o prefeito você fica nesse cargo, se não é colocado outras pessoas do grupo deles. E, porém, tem que falar a mesma língua deles não importa se você tem sua opinião, o que vale é os deles, percebo ainda que o secretário de educação para que ele possa resolver algo que ele mesmo possa resolver tem que primeiro falar com prefeito.

Eu fico sem entender eu penso assim se cada um tem sua função para trabalhar e desenvolver um bom trabalho na sociedade o que vale é o respeito e a instituição tem que ter autonomia em suas decisões, porque até então se todos estão ali é porque são competentes para desenvolver um bom trabalho.

Na instituição onde estagiei até hoje estão enfrentando um grande problema, principalmente na época de chuva as salas enchem todas de água, as portas todas estragadas, isso não é da gora não, fora outros problemas, a Diretora já cansou de mandar ofício reivindicando melhoria para esta instituição mais nada é resolvido. Lá também se encontra com necessidades de matérias pedagógicos que não foi comprado no 2º semestre, já estamos chegando ao final do ano letivo e nada feito.

Não entendo desses políticos, pois, entra um, sai outro é a mesma coisa. Chegando a uma conclusão não só os envolvidos no processo educacional como os demais como prefeito, secretários, vereadores e outros, tem que estar sempre refazendo seus conhecimentos para que assim possam trabalhar satisfazendo os anseios da comunidade escolar.

O que eu quero é que muda esses cargos políticos que são do interesse deles pensamentos deles é que ali eles conseguem tirar muitos votos já presenciei comentários desse tipo. Que a educação, saúde, assistência social é onde eles conseguem tirar muito votos, porque é onde as pessoas estão dia-a-dia procurando resolver suas necessidades.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabemos que a tarefa que o coordenador pedagógico assume como seu papel é muito importante, o estudo nos oportunizou uma luz nas discussões sobre as ideias de alguns autores, leitura e compreensão de textos, pesquisas bibliográficas, como Jamil Cury, dentre outros, desencadeando assim momentos que mudou a prática pedagógica no cotidiano escolar. Essa mudança vai fazer com que coordenadores desenvolvam um trabalho acima de tudo, um importante papel de articulador e integrador dos processos educativos que se constroem no interior da escola.

Nossa atuação e o nosso trabalho poderá contribuir de maneira significativa para que se realize na escola um ambiente educativo que favoreça ao desenvolvimento da aprendizagem, do conhecimento, do trabalho coletivo e interdisciplinar, da ética, da cidadania, na perspectiva de uma educação, de uma escola, de uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Na trajetória no desenvolvimento do estudo entendemos que o coordenador pedagógico é aquele profissional que tem por atribuição, no âmbito escolar, articular, coordenar, acompanhar, supervisionar, orientar, subsidiar o desenvolvimento do trabalho pedagógico que se desenvolve no interior da escola, na perspectiva da realização de um ambiente escolar que favoreça o desenvolvimento da aprendizagem, da ética, da cidadania, a partir do fortalecimento da gestão democrática e do trabalho coletivo.

Enfim, podemos concluir que o educador ao assumir o cargo de coordenador pedagógico, deve estar consciente do seu importante papel na construção do conhecimento e do seu papel mediador entre a relação aluno, escola, pais e comunidade, tornando essa relação cada vez mais democrática, valorizando as trocas de experiências, além de ter um espírito renovador da sua prática pedagógica.

Contudo precisamos urgentemente sobre mudar o conceito de que o coordenador pedagógico é o detentor das decisões das ideias para o bom andamento da escola. Na qual isso quer dizer que, o coordenador não deve permitir estar subordinados às vontades de diretores de escola, secretários de educação, prefeitos e vereadores que nem sempre sabe qual é a verdadeira função deste profissional.

## 5. REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas/ Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial p. 921-946, out. 2007.

CURY, Augusto Jorge. Pais Brilhantes, Professores Fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

LOPES, Alice Casimiro, (1999). Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: EDUERJ.

GANDIN, D. Planejamento como prática educativa. São Paulo, Loyola, 1983. SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Planejamento de ensino. São Paulo, Coordenadoria de Ensino Básico e Normal 1971.

MÉZÁROS, István. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

**O BRINCAR COMO atividade humana: um dispositivo FUNDAMENTAL PARA  
MINIMIZAR DIFICULDADE da aprendizagem**

SOARES, SIMONE SANTANA COSTA  
SILVA, DANIEL SOARES DA  
OLIVEIRA, LUCINEIA DE  
AIVY, EUNICE GONÇALVES  
PAIVA, GILMAR BORGES DE  
TEMIS BALLER

**Cuiabá – MT**

# O BRINCAR COMO atividade humana: um dispositivo FUNDAMENTAL PARA MINIMIZAR DIFICULDADE da aprendizagem

SOARES, SIMONE SANTANA COSTA<sup>1</sup>  
SILVA, DANIEL SOARES DA<sup>2</sup>  
OLIVEIRA, LUCINEIA DE<sup>3</sup>  
AIVY, EUNICE GONÇALVES<sup>4</sup>  
PAIVA, GILMAR BORGES DE<sup>5</sup>  
BALLER, TEMIS<sup>6</sup>

## Resumo

O presente artigo objetiva mostrar como o brincar na escola, possa ajudar no processo de escolarização de alunos com dificuldades de aprendizagem, desenvolvendo atividades sob a perspectiva lúdica de modo a garantir um ensino mais eficaz e prazeroso para os alunos, bem como participar da construção do conhecimento de maneira ativa e positiva nesse cenário que pode ser tão perturbador para quem apresenta essas dificuldades. Assim propomos como objetivo geral identificar as dificuldades de aprendizagem existente em sala, reconhecida e sob o olhar pedagógico. Bem como ampliar as possibilidades de aprendizagem do aluno, dando-lhes oportunidades de reforçar, aprofundar ou superar carências dos conteúdos de maior dificuldade, utilizando-se de atividades lúdicas como importante fator no processo ensino e aprendizagem, privilegiado do brincar como forma de aprendizado. E para alcançar este objetivo foi pesquisado alguns autores como: Piaget (2007), Vygotsky (1998), Ariès (1986), Freire (2002), Moraes (2006), entre outros. Através de uma pesquisa bibliográfica fizemos o levantamento de fontes que fundamentaram nossos pensamentos acerca dos benefícios do lúdico e do papel do professor psicopedagogo bem como os resultados positivos que podemos alcançar, se bem trabalhados juntos com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: Dificuldades de Aprendizagem; Brincar e Lúdico.

## 1. APRESENTAÇÃO

A dificuldade de aprendizagem é um tipo de desordem pela qual um indivíduo apresenta dificuldades em aprender efetivamente algo, que afeta a capacidade do cérebro em receber e processar informação e pode tornar problemático para um indivíduo o aprendizado tão rápido quanto o de outro, que não é afetado por ela.

Os profissionais da área de educação estão, a todo o momento, sujeitos a lidar com alunos que apresentam os mais diversos tipos de comportamento, pois vários são fatores que contribuem para isso. Alguns alunos possuem uma condição socioeconômica desfavorável, outros não recebem o incentivo correto para o estudo em casa e apresentam problemas. Neste último caso, estamos entrando no campo das dificuldades de aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem estão relacionadas aos problemas que não decorrem de causas educativas, ou seja, aquelas instâncias em que, mesmo após uma mudança na abordagem educacional do professor, o aluno continua apresentando os mesmos sintomas. Isso aponta para a

---

<sup>1</sup>Esp. Autismo-FABRAS

<sup>2</sup>Esp. Educação Física Escola – Afirmativo

<sup>3</sup>Esp. Psic. Pedag. Educacional e Clínica -FACIBI

<sup>4</sup>Esp. Psic. Pedag. Educacional e Clínica -FACIBI

<sup>5</sup>Engenharia e Ciência de Alimentos.

Esp. Educação Especial e EJA – FUTURA

necessidade de uma investigação mais aprofundada, que determinarão quais são as causas da dificuldade em questão.

Assim temos como objetivo geral proposto, identificar as dificuldades de aprendizagem existente em sala de aula, reconhecida e sob o olhar pedagógico. Bem como ampliar as possibilidades de aprendizagem do aluno, dando-lhes oportunidades de reforçar, aprofundar ou superar carências dos conteúdos de maior dificuldade, utilizando-se de atividades lúdicas como importante fator no processo ensino e aprendizagem, privilegiando o brincar como forma de aprendizado. E para alcançar este objetivo foram pesquisados alguns autores como Piaget (2007), Vygotsky (1998), Ariès (1986), Freire (2002), Moraes (2006), entre outros de igual importância.

De tal modo a metodologia adotada nesse trabalho foi de revisão literária, uma pesquisa descritiva de cunho qualitativa e bibliográfica de autores estudiosos no assunto. Assim, esse trabalho foi desenvolvido através dos seguintes passos metodológicos: inicialmente aconteceu a seleção bibliográfica; classificando os livros e outros textos e artigos por assunto; em seguida foi realizado o fichamento dos livros, textos, artigos, revistas, periódicos, entre outros; por fim a análise de todas as informações.

Em um segundo momento foi elaborado textos como forma de tópicos de forma a elucidar todos os dados obtidos durante análise dos documentos em estudo e logo após a escrita sistemática do texto. Sendo assim, com este trabalho de revisão literária pretende-se trazer contribuições aos educadores.

## **2. DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGENS: alguns desafios**

As dificuldades de aprendizagem muitas vezes estão relacionadas aos problemas que não decorrem de causas educativas, ou seja, aquelas instâncias em que, mesmo após uma mudança na abordagem educacional do professor, o aluno continua apresentando os mesmos sintomas. Muitas vezes as dificuldades de aprendizagens são associadas a algum comprometimento no funcionamento de certas áreas do cérebro, porém, é arriscado falar somente em uma causa biológica. Frequentemente, alunos que apresentam sintomas relativos a problemas de atenção, ansiedade ou agitação desenvolvem os problemas por causa de algum conflito pessoal, familiar — e não por razões de mau funcionamento fisiológico.

As dificuldades mais conhecidas e que vem tendo grande repercussão na atualidade é a dislexia, porém, é necessário estarmos atentos a outros problemas, tais como: disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

- **Dislexia:** Os alunos que enfrentam esse distúrbio apresentam, tipicamente, uma dificuldade de leitura.

- **Disgrafia:** Os alunos que enfrentam esse distúrbio apresentam dificuldade na escrita. Isso inclui, principalmente, erros de ortografia, como trocar, omitir, acrescentar ou inverter letras.

- **Discalculia:** Os alunos que enfrentam esse distúrbio são afetados, principalmente, em sua relação com a matemática. Portanto, os sinais envolvem dificuldade em organizar, classificar e realizar operações com números.

- **Dislalia:** Os alunos que enfrentam esse distúrbio demonstram dificuldades na fala. Eles podem ter alterações da formação normal dos órgãos fonadores, dificultando a produção de certos sons da língua.

- **Disortografia:** Os alunos que enfrentam esse distúrbio geralmente também são afetados pela dislexia. Embora também esteja relacionado à linguagem escrita, é mais amplo do que a disgrafia. Pode envolver desde a falta de vontade de escrever até a dificuldade em juntar orações de forma lógica.

• **Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH):** Os alunos que enfrentam esse distúrbio apresentam baixa concentração, inquietude e impulsividade. Foi constatado que uma das causas do TDAH é genética, e que há implicações neurológicas. O TDAH já é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um transtorno legítimo.

O papel do professor é fundamental para a identificação de alguma possível dificuldade de aprendizagem, afinal, ele tem contato diário e próximo com o aluno, além de ter fácil acesso aos grupos que o cercam — família, amigos e outros professores. A rotina da escola também é muito propícia para identificar queixas dos alunos que podem apontar (ou não) para casos de dificuldade de aprendizagem.

Porém, antes de lançar qualquer possibilidade de diagnóstico, é preciso que o aluno passe uma avaliação especializada com profissionais da área de saúde.

Esta é uma medida indispensável, pois a realização de avaliações superficiais tem causado um aumento no número de crianças e adolescentes que são desnecessariamente submetidos a tratamentos medicamentosos.

A avaliação deve ser conduzida por uma equipe multidisciplinar, para garantir uma visão integral do aluno. A equipe inclui médicos, especialmente neurologistas, além de psiquiatras, psicólogos, psicopedagogos e, até mesmo, fonoaudiólogos. É papel da escola compreender que os alunos com dificuldades de aprendizagem não são incapazes de aprender. Portanto, quebrar certos rótulos e paradigmas de que um aluno com dificuldade de aprendizagem é “deficiente” ou “fraco”. Também é de responsabilidade da escola promover maior integração entre o aluno com dificuldade com o restante da comunidade escolar. Vale a pena reforçar que, se a integração não ocorre, o próprio isolamento pode dar margem a uma queda no desempenho do aluno, não por causa das dificuldades em si, mas devido à desmotivação e frustração com a vida escolar.

O ser humano é um misto de físico, afetivo e cognitivo, não devendo ser pensado de forma estática e desmembrada, uma vez que ele é único e indissociável. No entanto, este ser global não é acabado e sua constituição se dá a partir da interação com o outro. É essencial recordar este aspecto, base da teoria Vygotsky, que considera a interação social como fator fundamental no desenvolvimento das funções psicológicas caracteristicamente humanas. (FREITAS, 1994. p. 96).

Na realidade, é mais necessário buscar a dinamicidade e inovação na sala de aula, integrando atividades lúdicas por meio de mecanismos e dinâmicas de jogos para engajar pessoas, incentivando-as a resolver problemas e assim melhorar o aprendizado. O objetivo é estimular o aluno, de uma forma despreziosa, a desafiar sua concepção sobre as próprias limitações.

Neste momento busca-se na Psicopedagogia um caminho para tentar auxiliar as crianças que apresentam problemas de aprendizagem. Assim, ela se propõe a identificar os pontos que possam, porventura, estar travando essa aprendizagem para assim atuar de maneira preventiva para evitá-los e, ainda, propiciar estratégias e ferramentas que possibilitem facilitar o aprendizado dos que já demonstram dificuldades.

A Psicopedagogia é basicamente reconhecida e entendida como um método que contribui, juntamente com a psicanálise, pedagogia e a psicologia, para participar na solução de problemas que surgem no contexto educativo, vindo estes, do ambiente familiar, escolar, do meio social, econômico, cultural ou de outras origens.

Quando faz parte do ensino da escola, contribui para aquisição de conhecimentos que são elaborados no processo de ensinar e aprender, proporcionando ao aluno uma maneira gratificante e prazerosa para acontecer aprendizagens, autonomia e emancipação.

De acordo com Scoz (1994) “[...] o objetivo principal da psicopedagogia é resgatar uma visão mais globalizante e, dos problemas decorrentes desse processo”. Além de identificar as

causas, verifica a origem das diversas manifestações. A metodologia de trabalho da psicopedagogia permite que os professores busquem ter um olhar psicopedagógico para que tenham melhor desenvolvimento da sua prática pedagógica, de maneira a contribuir com o desempenho da aprendizagem dos alunos.

Assim chamamos à atenção de alguns profissionais da educação para que trabalhem a partir de um novo olhar pois a escola configura como ambiente propício ou não para acontecer aprendizagens, dependendo de como eles desenvolvem sua prática pedagógica.

### **3. O BRINCAR COMO ASPECTO IMPORTANTE PARA MINIMIZAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM.**

A partir do Renascimento, uma época de mudanças, começa-se a pensar na criança como um ser individual e privilegiado pela sua fase de desenvolvimento. Assim percebe-se a possibilidade educativa do brincar e passa-se então, a ser usado para esse fim.

Para Ariès (1986) não há um conceito único de infância, pois este muda historicamente em função dos determinantes sociais, culturais, políticos, econômicos. A inserção das crianças e os papéis que desempenham variam de acordo com as formas de organização social estabelecidas em cada momento histórico específico. Então, é possível entender as diferentes posições ocupadas pela criança no transcurso do desenvolvimento da sociedade, no qual reforça a concepção de que não há uma infância única e universal.

Mahoney apud Wallon (2000) identifica o primeiro momento do desenvolvimento infantil como o período que vai do nascimento até um ano de idade, e que contém duas etapas importantes: a da impulsividade motora e a emocional. O mundo infantil é marcado pela história e é constituído pelas relações que estabelece com as gerações precedentes. As práticas culturais relacionadas com o lúdico são tidas como:

[...] espaços no interior dos quais os indivíduos compreendem a si e ao mundo [...] Os brinquedos, enquanto elementos da vida social que se configuram determinados sentidos para as crianças, oferecem oportunidades para que elas percebam a si e aos outros como sujeitos que fazem parte do mundo social, e acabam por se constituir em estratégias através das quais os diferentes grupos sociais usam a representação para fixar a sua identidade e a dos outros (BUJES, 2000. p. 226-227).

O olhar sobre o mundo infantil permite conhecer e compreender melhor o aspecto do lúdico, da ação de brincar da criança. Para compreender melhor o conceito de infância e de ludicidade percorreremos o caminho trilhado pela sociedade em seus diferentes momentos históricos, explicitando as questões educacionais e sociais. Segundo Vygotsky (1998):

[...] a criança quando brinca apresenta um comportamento mais desenvolvido do que aquele que apresenta na vida real. Nos brinquedos, ela tem oportunidades de trabalhar em grupo, imitar um comportamento mais avançado de outra criança ou então, com assistência do professor, poderá desenvolver funções e comportamentos que "estão presentes em estado embrionário". Conclui o autor que tudo aparece na brincadeira pré-escolar: a ação realizada na situação imaginária, a exercitação da capacidade simbólica, a necessidade de uso coerente da linguagem, o controle da vontade, a avaliação das próprias capacidades e habilidades. Todos esses fatores são essenciais para o aparecimento e a estruturação das diversas faculdades humanas das crianças. (VYGOTSKY, 1998, p. 97).

Neste sentido e de acordo com uma infinidade de teóricos nota-se que a atividade lúdica é um instrumento que possibilita as crianças a aprenderem a relacionar-se com outros e com o mundo, promovendo o desenvolvimento da linguagem, da concentração e conseqüentemente gerando uma maturação de novos conhecimentos.

O eixo da infância é o brincar, sendo um dos meios para o crescimento e caracteriza-se por ser natural, viabilizando a criança uma exploração do mundo tanto exterior quanto interior.

#### 4. O BRINQUEDO COMO PARCEIRO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A criança precisa de espaço para que possa manipular objetos, e assim desenvolver habilidades e competências necessárias para seu desenvolvimento. A maioria dos brinquedos e jogos que conhecemos hoje já era praticada há séculos, sob outras formas e designações Manson, (2002). As crianças, desde os tempos mais remotos, brincavam principalmente com os recursos que a natureza lhe oferecia: areia, água, pedras, pau, etc. Desde as comunidades primitivas até hoje o ato de brincar proporciona à criança a apropriação do mundo, objetivo e a construção do mundo simbólico (ALMEIDA, 2003).

Ao observarmos uma criança em seu primeiro ano de vida chegaremos a conclusão que, é o período em que ela mais se desenvolve intelectualmente, sendo um período de estímulos lúdicos, onde o que ela tem de mais natural floresce e ela adquire os melhores resultados no que diz respeito ao desenvolvimento e aprendizagem, por esse motivo não podemos ignorar essa necessidade de brincar, criar, construir, desconstruir, imaginar e imitar da criança durante a infância. [...] Brincar de andar, de pular, de subir e descer, de por e tirar de empilhar e derrubar, de fazer e desfazer, de criar e destruir. Educar neste momento é sinônimo de preparar o espaço adequado, o espaço brincando, isto é, explorável [...]”. (WALLON, 1979 p.117).

A atividade lúdica longe de ser uma concepção ingênua de passa tempo, diversão superficial, brincadeira, é uma ação inerente à criança e aparece como forma transacional em direção a algum conhecimento, que se reorganiza nas trocas entre o pensamento individual e o coletivo (Almeida, 2003). Ainda, segundo o autor:

Educar ludicamente tem um significado muito profundo e está presente em todos os segmentos da vida. Por exemplo, uma criança que joga bolinha e gude ou brinca de boneca com seus companheiros não está simplesmente brincando e se divertindo; está desenvolvendo e operando inúmeras funções cognitivas e sociais; ocorre o mesmo com uma mãe que acaricia e se entretém com a criança, com um professor que se relaciona bem com seus alunos ou mesmo um cientista que prepara prazerosamente sua tese ou teoria. Eles educam-se ludicamente, pois combinam e integram a mobilização das relações funcionais ao prazer de interiorizar o conhecimento e a expressão de felicidade que se manifesta na interação com os seus semelhantes (ALMEIDA, 2003. p. 14).

Existem brinquedos e até jogos que não são agradáveis para todas as pessoas. Sendo assim, devemos buscar atividades que proporcione prazer não somente, mas que traga com ele um desenvolvimento cognitivo para o avanço da criança.

Assim, ao estabelecer critérios para distinguir o brincar da criança de outras formas de atividades, concluímos que no brinquedo a criança cria uma situação imaginária. Esta não é uma ideia nova, na medida em que situações imaginárias no brinquedo sempre forem reconhecidas, no entanto, sempre foram vistas somente como um tipo de brincadeira. A situação imaginária não era considerada como uma característica definidora do brinquedo em geral, mas era tratada como um atributo de subcategorias específicas do brinquedo. (VIGOTSKY,1998. p.123.)

O brinquedo é o primeiro passo para a brincadeira, permitindo que à criança crie, imagine e represente a realidade e suas experiências adquiridas. De acordo com RCNEI, (Brasil,1998), brincar funciona como um cenário no qual as crianças tornam-se capazes não só de imitar a vida como também de transformá-la.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, BRASIL (1998) serve como apoio para o desenvolver das práticas em creches e escolas de Educação Infantil, apresentando objetivos, conteúdos e orientações para os educadores, norteados seu trabalho no dia a dia, mostra a importância do brincar para a construção do conhecimento:

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. a fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas estes se encontram, ainda, fragmentados. É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com os outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações. (BRASIL, 1998. p. 27)

O jogo proporciona inúmeros aprendizados que podem proporcionar representações da realidade. A característica mais marcante do brincar é a motivação que proporciona ao criar um mundo imaginário e, assim, ajuda a aprender agir. A brincadeira deve ser dirigida e respeitar a fase de desenvolvimento da criança, deve se pensar em qual fase a criança se encontra, para que a brincadeira seja de caráter significativo e seu desenvolvimento seja integral.

Muitas vezes, ao observar as brincadeiras infantis, o pesquisador se depara com situações em que a criança, "brincando, diz: Agora eu não estou brincando", mas, logo em seguida, entra na brincadeira. O que diferencia o primeiro momento (não brincar) do segundo (brincar) é a intenção da criança, o que mostra a grande dificuldade de realizar pesquisas empíricas sobre o jogo infantil. (KISHIMOTO, 2010. p.105).

A importância do lúdico, parte da necessidade de desenvolvimento integral da criança, com isso o brincar, o jogo e o brinquedo têm papel fundamental para que isso ocorra, é com esse processo que a criança se desenvolve e aprende, esse processo se acarreta até a fase adulta, em que se percebe todo o desenvolvimento realizado.

## **5. O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DO BRINCAR DIRECIONADO**

O ato de brincar está profundamente enraizado em cada povo, cuja identidade cultural pode ser encontrada nos jogos e brinquedos que criou (Novaes, 1987). No brincar, a criança constrói um espaço de experimentação, de transição entre o mundo interno e o externo. O uso de situações lúdicas é mais uma possibilidade de se compreender, basicamente, o funcionamento dos processos cognitivo e afetivo-social em suas interferências mútuas, no modelo de aprendizagem. Também organizar e estruturar o espaço são muito importantes para estimular na criança ao ato de brincar, também facilita a escolha das brincadeiras, respeitando o direito da criança de participar ou não.

Assim é importante que o professor saiba trabalhar com a socialização do espaço lúdico e dos brinquedos, estimulando o espírito de cooperação, conservação e manutenção dos jogos e brinquedos, para que assim as crianças possam ter o hábito e organizar e guardar os brinquedos e todo material no final das brincadeiras. O papel do lúdico é auxiliar no aprendizado e fazer com que a criança desenvolva a reflexão, autonomia e a criatividade.

O Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, elas aprendem, interagem, exploram, experimentam, imitam, pode se comunicar por meio de gestos, sons e assume determinado papel na brincadeira.

## **5. O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DO BRINCAR DIRECIONADO**

O ato de brincar está profundamente enraizado em cada povo, cuja identidade cultural pode ser encontrada nos jogos e brinquedos que criou (Novaes, 1987). No brincar, a criança constrói um espaço de experimentação, de transição entre o mundo interno e o externo. O uso de situações lúdicas é mais uma possibilidade de se compreender, basicamente, o funcionamento dos processos cognitivo e afetivo-social em suas interferências mútuas, no modelo de aprendizagem. Também organizar e estruturar o espaço são muito importantes para estimular na criança ao ato de brincar, também facilita a escolha das brincadeiras, respeitando o direito da criança de participar ou não.

Assim é importante que o professor saiba trabalhar com a socialização do espaço lúdico e dos brinquedos, estimulando o espírito de cooperação, conservação e manutenção dos jogos e brinquedos, para que assim as crianças possam ter o hábito e organizar e guardar os brinquedos e todo material no final das brincadeiras. O papel do lúdico é auxiliar no aprendizado e fazer com que a criança desenvolva a reflexão, autonomia e a criatividade.

O Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, elas aprendem, interagem, exploram, experimentam, imitam, pode se comunicar por meio de gestos, sons e assume determinado papel na brincadeira.

Uma possibilidade de conduzir as práticas educativas de maneira que o ensinar e o aprender se tornem ações interligadas é a ludicidade, aspecto fundamental ao desenvolvimento integral do ser humano. Isso lhe permite um maior acesso “ao campo de possibilidades para a imaginação, a criatividade, o desenvolvimento cognitivo e corporal, o reconhecimento da identidade do aluno e a interação social” (BRASIL, 2008. p. 128).

Segundo salienta Freire (2002), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Nesta perspectiva o professor pode utilizar as diversas linguagens para que de forma lúdica proporcione a construção e a produção do conhecimento das crianças através de estímulos cognitivos, psicomotricidade, aumentando as capacidades sensoriais essenciais no processo de alfabetização.

Neste instante abordamos que a linguagem corporal deve se fazer presente no ambiente escolar nos mais variados momentos, não só em uma disciplina específica ou após as atividades, que no caso muitos incubem essa responsabilidade para as aulas de Educação Física, mas sabemos que podem ser desenvolvidas atividades nas diversas áreas do conhecimento que podem utilizar da linguagem corporal atividades direcionada ao corpo e seus aspectos envolvendo o lúdico.

Assim, como podemos observar através das leituras, acentua a perspectiva de alguns teóricos dentre eles Piaget (2007) que ressalta o desenvolvimento das crianças inter-relacionadas a interação, de modo que Vygotsky (1998) aborda a socialização sendo fundamental neste processo, e, por conseguinte temos Wallon (1979) que de modo geral traz o movimento a psicomotricidade. De acordo com Freire (1997, p. 44):

Compreender a atividade infantil capacita o professor a intervir para facilitar o desenvolvimento da criança. Isso contribuiria para reforçar a ideia de que a escola, na primeira infância, deve considerar as estruturas corporais e intelectuais de que dispõem as crianças, utilizando o jogo simbólico e as demais atividades motoras próprias da criança nesse período. (FREIRE 1997. p. 44)

O papel do professor é de mediador e acompanhante das brincadeiras, fazendo com que o brincar seja uma forma de aprendizado significativo e prazeroso, em que envolva o aluno e por consequência o professor, assim todo o trabalho serão significativas para ambas as partes. Para estimular a imaginação infantil o professor deve oferecer materiais do mais simples aos mais

complexos, podendo esses brinquedos ou jogos ser estruturados ou serem brinquedos ou jogos confeccionados com materiais não estruturados (pedaço de madeira, tampas de garrafa pet, folhas secas, latas de refrigerante secas e limpas, etc.). Todo e qualquer material estruturado e não estruturado qualquer material que seja cria para criança uma possibilidade de fantasiar e brincar. O professor deve dar o tempo necessário às crianças, para que as brincadeiras apareçam se desenvolvam e se encerrem. Ele deve propiciar um clima de liberdade para a ação da criança, tendo sintonia com a mesma, portanto, o papel do professor é de facilitador e mediador para que o desenvolvimento do aluno, através do brincar seja de forma prazerosa e significativa.

## **6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Ao término deste estudo, pode-se notar que as dificuldades de aprendizagem não devem ser atribuídas somente a fatores externos, como também a fatores internos, como os métodos de ensino, a falta de materiais didáticos apropriados, condições psicológicas do aluno entre outros fatores. As dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas à história de vida da criança a qual não se conhece, pelo menos não em sua totalidade. Portanto, os problemas de aprendizagem de uma criança podem estar muito mais relacionados ao que ela abriga em seu inconsciente do que em sua capacidade de retenção/compreensão de conteúdo.

A temática que envolve a ludicidade como elemento capaz de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem torna-se relevante, pois discute o que tange as formas de aprender e de ensinar, mas aprender com sentido de vivenciar, de construir, de interagir com o objeto a ser aprendido. Sendo assim, percebe-se que a metodologia do professor é essencial para impulsionar a aprendizagem de maneira significativa.

Cabe ao professor buscar, criar recursos didáticos para dinamizar as aulas e motivar os alunos. Por isso é indiscutível o uso das atividades pedagógicas envolverem a ludicidade; estas necessitam estarem presentes na educação escolar, articulando diferentes espaços e oportunidades para que a criança possa construir seus conhecimentos de uma maneira alegre, prazerosa e criativa. Pesquisadores sobre ludicidade asseguram que o ser humano só se torna, verdadeiramente humano, quando brinca.

Nesse caso acredita-se que o lúdico, desenvolvido através do brincar é um recurso fundamental para uma intervenção psicopedagógica diante das dificuldades de aprendizagem, onde todos os envolvidos nesse processo sejam transformados pelo saber, e como melhor podem ser trabalhados de forma a minimizar as dificuldades da aprendizagem.

Os adultos que lidam com crianças, seja na posição de pais, sejam na de professor, ou outra, podem conhecer como a criança entende esse relacionamento a partir de suas brincadeiras. É nesses momentos que ela dará corpo ao que passa pela sua cabecinha, dará voz aos seus desejos, às suas impressões, insatisfações ou satisfações, enfim, espelhará essa relação do seu modo.

Reconhecer o aluno a sua frente como um sujeito em formação, sujeito de sua própria história e de seu conhecimento, que necessita de compreensão, de apoio e de mediação de seu professor para a compreensão do mundo à sua volta. Nesse sentido, o presente artigo buscou levantar hipóteses e traçar caminhos que elucidem a questão ou que, pelo menos, contribuam para que educadores e profissionais da educação tenham oportunidade de experimentar maneiras diferentes de alcançar o aprendizado e a superação das dificuldades de aprendizagem por parte de seus alunos, uma vez que esse é o grande desafio de nossas salas de aula. Assim, foi apresentada a alternativa do uso da brincadeira como instrumento assertivo nesse trabalho custoso, mas que, em se alcançando seu objetivo, é recompensador para qualquer um que esteja comprometido com o sucesso de seus alunos.

## 7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: Técnicas em jogos pedagógicos. São Paulo, SP: Loyola, 2003.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. MEC. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2008. Indagações sobre currículo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag5.pdf>. Acesso em 21/09/2020.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Criança e Brinquedo: feitos um para o outro? In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Estudos culturais em educação. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. p.205-228.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação: um intertexto. 2ª ed. s/l: Ática, EDUFJF, ABDR, 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 513º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANSON, Michael. História dos Brinquedos e dos Jogos - Brincar através dos tempos. Lisboa, Portugal: Teorema, 2002.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. de. Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. Psicologia da educação, v. 20, p. 11-30, 2000.

MORAIS, Antonio Manoel Pamplona. Distúrbios de aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. São Paulo, EDICON, 12ª Ed, 2006.

NOVAES, Iris Costa. Brincando de Roda. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

PIAGET, Jean. Epistemologia Genética. Tradução: Álvaro Cabral. 3ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

WALLON, Henri. Psicologia e educação da criança. Lisboa: Veja/Universidade, 1979.

**O LÚDICO COMO IMPORTANTE ALIADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM  
ELEMENTO DIFERENCIAL NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM**

SOARES, SIMONE SANTANA COSTA  
OLIVEIRA, NELCI JAQUELINE DE  
CASSIANO, ROSINEIDE APA  
PEREIRA, AMARILSON ROSA FERREIRA  
BALLER, TEMIS  
FERREIRA, EVALDO

**Cuiabá – MT**

# O LÚDICO COMO IMPORTANTE ALIADO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ELEMENTO DIFERENCIAL NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM

SOARES, SIMONE SANTANA COSTA<sup>1</sup>  
OLIVEIRA, NELCI JAQUELINE DE<sup>2</sup>  
CASSIANO, ROSINEIDE APA<sup>3</sup>  
PEREIRA, AMARILSON ROSA FERREIRA<sup>4</sup>  
BALLER, TEMIS<sup>5</sup>  
FERREIRA, EVALDO<sup>6</sup>

## RESUMO

O presente projeto foi realizado através de pesquisas bibliográficas com o intuito de entender o processo de brincar como recurso de aprendizagem, bem como um meio socializador e de inclusão. Para atingirmos o nosso objetivo foram feitos vários estudos com diferentes autores, e a pesquisa apresenta a brincadeira como fator cultural que recebeu contribuição dos diferentes povos e que o brincar é fundamental para a socialização da criança e para o desenvolvimento da aprendizagem, é através do brincar que a criança fantasia, constrói seu mundo simbólico, imagina e sonha, fazendo uso do seu potencial criativo ou recriando algo novo, a sua maneira.

**Palavra-chave:** Aprendizagem, brincar, socialização

## APRESENTAÇÃO

A presente investigação objetiva mostrar a importância do brinquedo, das brincadeiras e jogos para o desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo da criança. E ainda destaca o significado e a evolução dos brinquedos até os dias atuais. Este estudo foi desenvolvido em quatro capítulos distintos, sendo a primeira parte: O brincar, onde destaca-se a concepção de brinquedo, de brincadeiras e jogos, e ainda um breve histórico do uso dos brinquedos e sua importância sob a ótica de diversas áreas do conhecimento.

O segundo momento falar-se-á sobre o brincar nas diversas culturas, trata do brincar como um elemento que transmite cultura. Muitos brinquedos e brincadeiras passam de geração em geração, sofrendo influências de outras culturas e sendo recriados com novas significações, por parte de quem brinca. Ainda no segundo capítulo, veremos o brincar em diferentes contextos. Destacaremos a importância do brincar na promoção da interação da criança com o meio e como facilitador da aprendizagem.

Quanto o terceiro momento, este discutir-se-á a respeito das brincadeiras e dos brinquedos e refletiremos até que ponto estes podem auxiliar a inclusão das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, bem como promover seu aprendizado com prazer. Estaremos também destacando possíveis adaptações nas brincadeiras e nos brinquedos sugeridos por autores renomados para ajudar no desenvolvimento das crianças portadoras de necessidades educacionais de deficiências e a inclusão destas ao meio.

---

<sup>1</sup>ESP. Autismo-FABRAS

<sup>2</sup>Esp. Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Literatura –FAVENI

<sup>3</sup>Esp. Psicopedagogia Clínica e Institucional. FAMA

<sup>4</sup>Esp. Coordenação Pedagógica -UFMT

<sup>5</sup>Esp. Educação Especial e EJA – FUTURA

<sup>6</sup>DR. Geografia –UFF

Já o último momento, será destinado a discorrer sobre a evolução do brinquedo, refere-se as mudanças ocorridas na confecção dos brinquedos. O brinquedo artesanal como forma de expressar a criatividade e a curiosidade no exercício da inteligência. Quanto aos brinquedos Tecnológicos, refletiu-se sobre a influência destes na vida social da criança e os possíveis benefícios no uso dos mesmos, para estimular o aprendizado com prazer de forma saudável.

Como afirma Maluf (2003, p. 47): "Como tudo na vida, o brinquedo tem seu valor diferente entre a criança e o adulto [...] é comum não valorizarmos uma tampinha encontrada na gaveta de uma criança e resolvermos jogá-la fora[...]não temos o direito de invadir a privacidade infantil."

Concluindo, esta investigação contribuiu ricamente para o meu crescimento intelectual, além disso, é possível perceber que o lúdico é sim um fator motivador para o aluno no ensino-aprendizagem, por ser um tema diretamente relacionado à minha área de atuação me auxiliará no desempenho profissional.

## **1. CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA: UM POUCO SOBRE O BRINCAR**

Na antiguidade, o brincar era uma característica tanto das crianças, quanto dos adultos, representados para ambos um importante segmento de vida. Proporcionava momentos de prazer e integração dos conhecimentos do ser humano. Com o intuito de formar um "novo homem" as brincadeiras foram sendo abandonadas pelos adultos, ficando restritas às crianças assim, começou um investimento na modelagem das características mais racionais e produtivas do indivíduo. Isso fez nascer uma nova perspectiva voltada às crianças.

As crianças participavam da festividade, lazer e jogos dos adultos, mas tinham ao mesmo tempo, uma esfera separada de jogos. Os jogos aconteciam em praças públicas, em espaços livres, sem a supervisão do adulto, em grupos de crianças de diferentes idades e sexo. O testemunho daquela época mostra o acontecer de uma vida social infantil rica e dinâmica através dessas brincadeiras.

A brincadeira considerada como um vício no começo da idade moderna, foi introduzida nas instituições educacionais por instituições filantrópicas, com o intuito de tornar esses espaços prazerosos e propícios a aprendizagens.

Os brinquedos sempre foram alvo de atenção das crianças. Antigamente eram sem sofisticação e resultante do trabalho artesanal que enriqueciam as brincadeiras.

Atualmente, o brinquedo passou a ser visto como instrumento de dominação. Através dele se tornou possível captar o aspecto pelo qual a sociedade é pensada possibilitando, fazer uma reflexão crítica sobre a formação social da criança numa sociedade capitalista: o trabalho, a formação, a educação e o treinamento das crianças.

Wajskop (1995, p66) ressalta que o lúdico é uma forma de atividade social infantil, cujo aspecto imaginativo e diversificado de significado cotidiano da vida, fornece uma oportunidade educativa única para as crianças. O brinquedo nas mãos da criança se torna autêntico. Ela utiliza objetos que podem ser copos, recipientes plásticos, tampinhas, etc. atribuindo-lhes significado e funções diversas.

A brincadeira constitui-se basicamente, em um sistema que integra a vida social das crianças. Caracteriza-se por ser transmitida de forma expressiva de uma geração a outra ou aprendida nos grupos infantis e incorporada pelas crianças de forma espontânea, variando as regras de uma cultura a outra.

Enfim, as brincadeiras fazem parte do patrimônio lúdico-cultural, traduzindo formas de pensamento, valores, costumes e ensinamentos. Através dos jogos torna-se possível a estimulação e a socialização dos alunos, pois com o lúdico é possível que se trabalhe em pequenos e grandes grupos eles serão desafiados e estimulados a pensar desenvolvendo aspectos emocionais, afetivos e cognitivos.

Segundo Oliveira (1984, p. 69) “a riqueza do brinquedo decorre de sua capacidade de instigar a imaginação infantil.” O brinquedo nas mãos da criança se torna autêntico. Ela utiliza objetos que podem ser copos, recipientes plásticos, tampinhas, etc., atribuindo-lhes significado e funções diversas.

A brincadeira constitui-se basicamente, em um sistema que integra a vida social das crianças. Caracteriza-se por ser transmitida de forma expressiva de uma geração a outra ou aprendida nos grupos infantis e incorporada pelas crianças de forma espontânea, variando as regras de uma cultura a outra.

Existe certa confusão em relação a definição dos termos brinquedo, brincadeira, jogo e esporte. As definições dessas palavras pouco se diferenciam Possari e Neder (2001, p. 74) “ressaltam que é válido dizer que a diferença da brincadeira para o jogo é a ausência de regras na primeira.” Para eles a brincadeira é importante para o desenvolvimento da criança, especialmente nos primeiros anos: brincar é a fase mais importante da infância, do desenvolvimento humano neste período, por ser auto ativa representação da necessidade e impulso interno.

Em linhas gerais, esse brincar tem três grandes núcleos que atraem e norteiam as crianças. São eles: o corpo, o símbolo e a regra, ou seja, o brincar do bebê com o próprio corpo, a brincadeira simbólica e o jogo de regras. Oliveira (2000, p. 16) afirma que “o brincar do bebê tem uma importância fundamental na construção de sua inteligência e de seu equilíbrio emocional, contribuindo para sua afirmação pessoal e integração social”.

Por volta dos dois anos, a criança começa a deixar de ser bebê. Esta fase da vida até na puberdade, quando começa a se transformar em adulto, está relacionada às suas condições biológicas e às proporcionadas pelo meio. No ambiente escolar, o brincar também se tem destacado como importante recurso pedagógico facilitador da aprendizagem, através de atividades lúdicas, a criança está mais propensa a aprender, de forma livre, espontânea e criativa. A escola não pode deixar de ser um tempo-espço de tédio criando espaços destinados ao brincar.

Com isso, segundo Antunes (2000, p. 36), “[...] hoje a maioria dos filósofos, sociólogos, etólogos e antropólogo concordam em compreender o jogo como uma atividade que contém em si mesmo um objetivo de decifrar os enigmas da vida e de construir um momento de entusiasmo,” o jogo é o melhor caminho de iniciação ao prazer estético, à descoberta e a meditação individual.

Do ponto de vista da criatividade, é através do brincar que as crianças fantasiam, constroem seu mundo simbólico, imaginam e sonham, fazendo uso do seu potencial, criando ou recriando algo novo, à sua maneira.

O jogo como atividade lúdica possibilita ao jogador gozo de experiência, uso de habilidades, comparação com o outro, liberdade emocional, prestígio amizade e companheirismo. E de acordo com Possari e Neder (2001, p. 75) “os jogos podem ser classificados em: ganhar e perder, de destreza e intelectual, de número e organização, abstração e movimento e o acaso que não depende de destreza ou habilidade e, sim, do fator sorte.”

O jogo e outras atividades lúdicas são altamente importantes na vida da criança. Primeiro por se tratar de atividade que as interessam naturalmente, segundo, por ser no jogo que as crianças desenvolvem suas percepções, sua inteligência, suas tendências a experimentação, seus instintos sociais.

### **3. O BRINCAR NAS DIVERSAS CULTURAS: SIGNIFICADOS ANCESTRAIS**

Brinquedo e jogo só podem ser entendidos se estiverem ligados aos fatores históricos e culturais que propiciaram seu aparecimento, ou seja, dentro da produção coletiva dos homens vivendo em sociedade. Pensar e falar em jogo e brinquedo nos leva a refletir sobre como os adultos em diferentes tempos históricos concebiam o jogo, o brinquedo, a educação e a própria criança. O brinquedo é um objeto de estudo de profunda riqueza, por ser considerado como material utilizado para jogar e brincar.

Desde a antiguidade, as crianças, já procuravam decifrar o mundo através de adivinhas, faz-de-conta, jogo com bolas, arcos, rodas, cordas e bonecos. Podemos observar nas esculturas, nos desenhos antigos e pinturas das diferentes gerações registros do cotidiano da criança demonstrando as brincadeiras, os tipos de jogos da época e os brinquedos caracterizando os indivíduos representados.

Através de registros antigos verifica-se a existência dos jogos de construir e demolir construções os de bonecos, os de rolar arcos, pular obstáculos e cordas, reproduções de trabalho realizado por adultos, as cirandas, os jogos de esconder.

Assim nos séculos anteriores cada povo em determinada época tinha a sua maneira de brincar, no século XV, conforme Aries (apud Volpato, 2000, p. 17) o pássaro amarrado parece ter sido um dos brinquedos mais comuns na Idade Média. As competições e os jogos sempre ocuparam lugares muito importantes nas mais diversas culturas, sejam pelo fato de estarem relacionadas a rituais ou pelo simples divertimento. Os brinquedos eram utilizados nas cerimônias tradicionais.

As situações de “faz-de-conta” que contém normas de condutas é a principal atividade da criança na idade pré-escolar e os jogos com regras e esportes tornam-se os mais importantes na idade escolar. Jogo supõe relação social. Por isso, a participação em jogos contribui para a formação de atitudes sociais: respeito mútuo, solidariedade, cooperação, obediência às regras, senso de responsabilidade, iniciativa pessoal e grupal. É jogando que a criança aprende o valor do grupo como força integrada e o sentido da competição saudável e da colaboração espontânea e consciente.

Vygotsky (1991) e Leontiev (1994) (apud Davis e Oliveira, 1994, p. 49) apontam que: “Através da brincadeira a criança interage com outras pessoas e com a realidade social como um todo, ela observa condutas, apropria-se de valores e significados, compõe um repertório das regras que tecem os diversos papéis sociais.” O interesse em explicar como se formaram as características de comportamento humano e como elas se desenvolvem em cada indivíduo ao longo da história do homem, constitui-se a base da abordagem histórico-cultural, desenvolvida por Vygotsky e seus colaboradores.

Entende-se, então, que a presença e a ajuda do adulto são necessárias para ampliar a vivência da criança com o ambiente físico, com brinquedo, brincadeiras e com outras crianças, despertando nela o gosto de conhecer e de descobrir o mundo, interligando a ética e o conhecimento necessário para viver na atualidade. É interessante ressaltar que a criança não realiza a transformação de significados de uma hora para outra. No processo de desenvolvimento de conhecimento as crianças se utilizam de instrumentos diferentes e sempre adequados as suas condições de pensamentos.

#### **4. A BRINCADEIRA E A CRIANÇA: SENTIMENTOS E MEMÓRIAS QUE MARCAM**

Brincar é uma realidade na vida da criança e se constitui como a atividade fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Para que elas brinquem o suficiente que não sejam impedidas de usar sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças expressam a forma como compreender o mundo e através delas desenvolvem algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. E também uma porta aberta onde a criança pode expressar de modo simbólico, suas fantasias, seus desejos, seus medos, sentimentos agressivos e os conhecimentos que vai construindo à medida que vai se desenvolvendo. A visão de Winnicott possibilita uma compreensão mais integradora do brincar da aprendizagem. Ele resume assim o seu pensamento. “É no brincar, e somente no brincar que o indivíduo, a criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu.” (1975, p. 80).

Quando brinca, a criança constrói um espaço de experimentação, de transição entre o mundo interno e o externo. A diferenciação de papéis na brincadeira de “Faz-de-conta” proporciona a criança um grande avanço nas condições de pensamentos, pois imitam e recriam personagens

observados ou imaginários na sua vivência experimentando diferentes papéis sociais e funções generalizadas. A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre as pessoas, sobre o eu e sobre o outro.

Dessa forma, Oliveira (2000, p. 12) enfatiza que “[...] no brincar casam – se espontaneidade e a criatividade com a progressiva aceitação das regras sociais e morais. Em outras palavras, é brincando que a criança se humaniza, aprendendo a conciliar de forma efetiva a afirmação de si mesmo à criação de vínculos afetivos duradores”.

A autora ainda afirma que através da brincadeira a criança encontra força para suavizar a perda relativa dos cuidados maternos e descobre estratégias para conseguir caminhar e tomar algumas decisões sozinhas.

O brincar constitui assim, ferramenta de que dispõe para aprender a viver. É a melhor maneira de se comunicar é uma intenção que a criança tem para se relacionar com outras crianças. O brincar abre espaços para a criança procurar soluções de “enigmas” que envolve brincadeira. Através da brincadeira ela investiga e constrói conhecimentos sobre si mesma e sobre o mundo. Por esse motivo, a criança brinca na família, na escola, na rua, etc. À medida que vai progredindo, a criança vai aprendendo várias maneiras de brincar, e experimentar alguma coisa, bem como a habilidade de pensar sobre ela.

Da mesma forma que a criança adquire habilidades de andar, falar, escalar alturas, etc., através da prática repetitiva, ela passa do jogo simbólico, interligando o faz-de-conta para introduzir no mundo dos adultos. De acordo com a teoria de Piaget (apud Maluf, 2003, p. 53). “O período sensório motor, vai de zero a dois anos e nessa fase ocorrem grandes explorações e descobertas que constituirão em importantes conquistas para o desenvolvimento futuro.” Quando o bebê ainda está no útero, ele é cercado de sensações agradáveis, de aconchego movimentos e calor produzido pelo corpo e voz da mãe.

No momento do nascimento, o bebê pode vivenciar momentos desagradáveis de manipulações bruscas, e até estímulos como luzes fortes, barulhos intensos, frio, sentimento de desproteção. Nesses momentos de separação e frustração, o aconchego do corpo da mãe ou do pai é essencial. O bebê precisa ser tocado e acariciado para ser consolado e tranquilizado. O bebê começa a interagir com pessoas e o meio e vai organizar suas experiências e assimilar o real. Se essas experiências forem prazerosas e significativas, o bebê vai internalizá-las e assim, criar novos significados e valores e conseqüentemente, construir seu potencial cognitivo.

É do resultado dessas primeiras interações que a criança vai formar uma autoimagem positiva ou negativa. E se construir ou não em um ser seguro e motivado a querer explorar o mundo, conhecer, agir, brincar e decidir. Walldn (apud MEC: 2004) fala da importância da relação lúdica para a constituição do sujeito, a construção da subjetividade e a identificação do ser. O brincar, as brincadeiras e os brinquedos são elementos fundamentais para a organização psíquica e para o desenvolvimento cognitivo das crianças nos primeiros anos de vida. Para esse autor, o cérebro se forma na ação contínua mediante a atividade lúdica do bebê, de acordo com a solicitação do meio.

A mãe, ou a pessoa que cuida da criança, torna-se essencial nos momentos de tensões, desejos, ansiedades e frustrações e fonte de prazer e satisfação. Os primeiros movimentos de buscas externas serão da pessoa ou dos objetos que dão prazer, ou seja, da mãe, e depois virão os objetos externos.

Selecionar e organizar os brinquedos é essencial para que a criança possa fazer suas escolhas, desenvolver sua intencionalidade. Os familiares, ou pessoas que cuidam do bebê, poderão ajudá-lo a descobrir novos caminhos e obter novas experiências pela forma, de tocá-lo, abordá-lo e dar-lhe segurança. O bebê brinca com os movimentos repetitivos do seu próprio corpo e se interessa pelos objetos externos que devem ser brinquedos de plásticos de fácil compreensão, de tecido com diferentes texturas e formatos laváveis. Gosta também de brincar com o som dos objetos, de jogá-los para que desapareçam e apareçam novamente, neste momento já começa a brincar de esconde-esconde com os adultos.

Ao passo que a criança vai crescendo ela vai aumentando o repertório de suas brincadeiras, aprende novos conceitos, experimenta o mundo. O adulto deve estar presente acompanhando o desenvolvimento das brincadeiras apenas criando condições para que as crianças brinquem.

A recreação é uma atividade espontânea organizada pelas crianças e é mais usada na escola. Está associada ao movimento e gasto de energia. Os jogos tradicionais, como roda e cabra-cega, costumam ser considerados como recreação e também deve ter interferência mínima dos adultos. “O brincar estruturado é possível em todas as idades sendo uma forma segura de promover experiências de aprendizagem” (MEC: 2004).

As crianças brincam em qualquer circunstância e se organizam para que as brincadeiras estejam presentes em sua vida. O adulto deve, portanto, aproveitar este gosto e prazer das crianças pelas brincadeiras utilizando – as como facilitadoras na compreensão das disciplinas de modo geral.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL: 1998) constitui-se em conjunto de referências e orientações didáticas, trazendo como eixo do trabalho pedagógico “o brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil e a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversidades práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma”. (p.13)

Isso significa que todas as crianças portadoras ou não de deficiência têm seus direitos garantidos por lei, não necessitando de Currículos especiais e sim de ajustes e modificações nas brincadeiras e atividades para atender as particularidades de cada um e promover um ambiente de aprendizagem prazeroso.

Maluf (2003) salienta que a criança caminha do individual para o social e a sociabilidade necessita de estímulos adequados para que sejam aviltados medos de pessoas diferentes, ou que haja discriminação em relação aos menos capazes de qualquer natureza. Cada criança tem diferentes interesses potenciais físicos, habilidades motoras, capacidade de integração social, adaptação, etc.

O educador precisa ter cuidado ao elaborar as atividades, respeitando a capacidade de aprendizagem de cada um. O desrespeito a estes princípios poderá levar o educando à sensação de fracasso ou incapacidade para a prática de atividades, causando aversões ou então ficando indiferente a elas. É fundamental que o educador crie um clima de total segurança, ou seja um ambiente agradável, prazeroso, estimulante. Assim será mais fácil a criança soltar-se, desinibir-se, livrando-se da timidez e de outras dificuldades.

A autora também diz que para criar situações estimulantes o educador precisa conhecer teoricamente sobre o nível de desempenho da criança, bem como as experiências práticas relativas que as brincadeiras possam contribuir para o desenvolvimento do seu potencial. O momento ideal para jogos e brincadeiras é no momento que a criança está calma, desperta e saudável. Deve-se aproveitar momentos em que a criança estiver brincando, alimentando e na hora do banho. Essas rotinas diárias devem ser aproveitadas para serem transformadas em situações de interação prazerosa, sem se esquecer que a inteligência e a capacidade da criança se estimulam com amor.

Segundo Kishimoto (1993, p. 45):

Brincar é uma atividade fundamental para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. Desde muito cedo as crianças se comunicam por gestos, sons e mais tarde a imaginação. Podemos dizer que brincar é uma atividade natural, espontânea e necessária para sua formação.

As crianças com qualquer deficiência, seja ela física, sensorial, cognitiva ou emocional, possuem as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidados e proteção, e os mesmos desejos e sentimentos das outras crianças. Elas têm as possibilidades de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, às vezes, de forma um pouco diferente.

“A brincadeira é a melhor forma de aprendizado que a humanidade inventou. É brincando que as crianças aprendem mais. Cabe a cada um de nós ter “olhos de ver e ouvidos de ouvir” para compreender suas especiais necessidades e dessa forma, incentivar seu convívio na sociedade” (MEC, 2004).

A criança que apresenta comprometimento motor devido a lesões neurológicas tem partes do corpo prejudicado e conseqüentemente poderá ter seu desenvolvimento um pouco mais lento. Há uma variação enorme de comprometimentos, que podem acarretar desde um leve cambaleio no andar até aqueles que apresentam parcial ou total dependência da criança ao meio.

É muito importante observar o ritmo de desenvolvimento dessas crianças respeitando também suas necessidades e seu jeito de aprender. Os jogos e brincadeiras vão ao encontro do universo lúdico da criança, aliviando tensões e promovendo a integração do grupo, enfatizando a educação psicomotora por meio de atividades que proporcionam a descoberta do próprio corpo, de sua capacidade na execução do movimento, dos outros componentes do grupo, do meio.

O gosto pela diversidade corporal, o prazer extraído dos jogos com objetos, o contato com outras crianças e adultos devem fazer parte integrante do projeto educativo da criança comprometida pela deficiência física (SOUZA e FERRARETO, p. 1998).

Os brinquedos devem ser selecionados observando-se o tamanho, forma e resistência, apreensão e manipulação pela criança. Eles devem estar de acordo com o desenvolvimento cognitivo motor e visual da criança. E muitas vezes haverá necessidade de adaptação para que elas possam manipula-los, favorecendo a ação criativa e a descoberta de regras.

A criança surda cega é portadora das deficiências auditiva e visual e são marcadas pela carência de estímulos do ambiente na interação com o mesmo. As brincadeiras infantis devem ser antecipadas com o objeto a ser utilizado: bolas, chocalhos, brinquedos causa o efeito como os de apertar botão imitando som ou luz, ou vibração ou movimento. A introdução da participação da criança surdo cega em um grupo maior pode ser oportuna nesse momento com a realização de atividades envolvendo crianças em círculos e com a orientação do adulto de como participar no momento em que deve iniciar sua participação na brincadeira. Segundo Kishimoto (1996, p. 12) “[...] O brinquedo supõe uma relação íntima como o sujeito, uma indeterminação quanto a uso, ausência de regras. O jogo pode ser visto como sistema linguístico que funciona dentro de um contexto social: um sistema de regras, um objeto [...]”.

Todas as crianças têm necessidade de alegria e espontaneidade e devem ser compreendidas conforme seus desejos. Isso é muito importante para o processo de aprendizagem e o jogo desempenha esse papel muito bem por ser uma espécie de elo entre a realidade externa e interna do ser humano. O desenvolvimento global de uma criança acometida por lesões cerebrais será mais lento em todos os aspectos. E então pensamos logo no seu brincar, pois sabemos que através da brincadeira a criança constrói, executa e aprende.

A criança com paralisia cerebral apresenta segundo a confirmação da investigação e da prática clínica, essencialmente um comprometimento neuro motor e como consequência da sua incapacidade de movimentar – se terá dificuldade para brincar, prejudicando, assim seu construir, executar e aprender. Piaget (apud MEC, 2004, p. 20) diz que devemos então propiciar os momentos do brincar tomando – o facilitador para essas crianças, ajudando e interagindo com elas como sendo parte ou complemento do seu próprio corpo, ou seja, o fazendo com ela e não o fazendo por ela.

Bruno (apud MEC, 2004, p. 45) observou que, em crianças com deficiência visual, o brincar desenvolve-se com um simples exercício para a representação do vivido pelo jogo simbólico. Para essa autora, o jogo simbólico é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança com deficiência visual, devendo começar com ações bem simples vividas por ela como: dormir, comer, ser mãe, cuidar da filhinha e evoluindo para brincadeiras mais elaboradas do fazer de conta.

Por meio do desenvolvimento cognitivo e afetivo dessas crianças, ela organiza suas percepções e emoções exercitam seu pensamento pré-lógico, é capaz de comunicar sua compreensão do meio, seus sentimentos, desejos, fantasias e aprende a lidar com suas emoções e afeto. É importante

compreender que algumas crianças com deficiência visual podem não mostrar interesse por brincadeiras imitativas ou jogos simbólicos, porque é impossível para elas aprender por meio da observação visual ou pela imitação.

A elaboração de estratégias de adaptação da atividade – do material é uma forma de poder contribuir para que todas as crianças possam brincar. No jogo da amarelinha, por exemplo, o traçado pode ser mais longe e com bastante contraste. Mesmas as crianças cegas poderão jogar se as bordas estiverem em relevo e houver o dado sonoro. Jogos com bolas de alto contraste e guizo podem permitir que as crianças cegas joguem basquete e futebol em melhores condições de igualdade.

A pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa que ouve. Ela precisa apenas, que suas necessidades especiais sejam supridas, visto que o natural do homem é a linguagem. A falta da linguagem na criança devido a surdez pode fragmentar o seu desenvolvimento, porque ela não poderá aprender a língua oral de forma totalmente espontânea. Para essas crianças será necessária a aquisição da língua de sinais permitindo suas relações sociais e formando uma maneira de pensar, agir e ver o mundo.

De acordo com Silva (2003, p. 30)

Para se entender o déficit da linguagem decorrente da perda da audição e necessário nesse momento, fazer considerações sobre a deficiência auditiva e o aluno surdo. É importante inteirar se das investigações, pesquisas e experiências realizadas com o aluno surdo e conhecer os aspectos referentes a deficiência auditiva, porque isto permite uma reflexão sobre o processo de ensino – aprendizagem desse alunado.

Por meio das brincadeiras as crianças surdas explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. Nas brincadeiras de roda a criança surda participa por imitação.

A visualização com a mão, as palmas, o movimento do corpo do colega ou professor, podem auxiliar e dar ênfase ao ritmo. A introdução de um símbolo ligando movimento a uma cor contribui também para o desenvolvimento da memória visual quando se brinca de levantar, sentar, correr e pode ser apresentada para todas as crianças.

As crianças acometidas de deficiências múltiplas podem apresentar um conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. O desempenho dessas crianças pode variar muito, fundir obsessões com interesse. Para as crianças que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento o brincar é de fundamental importância para promover a aprendizagem. Portanto, deve-se cuidar para não estar rotulando, diagnosticando ou estigmatizando a criança.

Piaget (apud MEC:2004) afirma que “O conhecimento surge não dos objetos nem da criança, mas das interações entre a criança e aqueles objetos. Cada criança aprende em ritmos diferentes e tem interesses e experiências únicas. A interação dessas crianças com outras mais velhas ou adultos proporciona uma experiência social levando – as alcançar seu potencial pleno. O adulto deve mediar e interagir com a criança e descobrir como ela pensa e raciocina.

O brincar para essas crianças deve ser sempre o modo preferencial de interação e realizado dentro de um ambiente prazeroso. As brincadeiras e jogos estruturados poderão os ajudar no estabelecimento das condições básicas para aprendizagem.

Como pudemos perceber, as crianças se desenvolvem a partir da interação com o outro. Através das brincadeiras é possível proporcionar uma aprendizagem com prazer e muito mais que isso, efetivar a inclusão de todas as crianças num trabalho de reconhecimento e valorização da diversidade.

Existe atualmente uma variedade de brinquedos eletrônicos e jogos virtuais que atraem não só as crianças, mas também jovens e adultos.

Oliveira (1984) afirma que “a era da informática chegou ao mundo lúdico através da adaptação de circuito aos brinquedos”. Ele também diz que o desenvolvimento tecnológico que se caracteriza pelas conquistas da informática envolve atualmente tanto os países dominantes como os dominantes. Aqueles preservam, para si o conhecimento da tecnologia e transferem para os dominantes a possibilidade de instalarem unidades montadoras, articulando interesses de expansão de um lado e de modernização, de outro.

Os brinquedos infantis se transformaram, com o avanço da Tecnologia foram substituídos por brinquedos eletrônicos. As crianças também para Artoni (apud Revista Galileu, 2003), as crianças de hoje são diferentes das do passado e a causa pode estar no armário de brinquedos. Os mais antigos como: pão, a peteca e as bolinhas de gude vêm cedendo espaço para os brinquedos de alta tecnologia.

Os brinquedos eletrônicos podem auxiliar a criança no seu desenvolvimento, desde que haja uma preocupação por parte do adulto de estar atento ao tempo de exposição das crianças aos aparelhos eletrônicos. Os brinquedos não devem ser analisados sozinhos, mas a utilização dos mesmos de maneira correta pode ser grande aliado a estimulação do aprendizado.

Portanto, para criar oportunidades de aprendizagens igualitárias na sala de aula, a abordagem inclusiva oferece orientações para que o docente rompa gradualmente com as práticas pedagógicas homogêneas que se configuram por um conteúdo curricular, uma aula, uma atividade e um mesmo tempo de realização das atividades para uma turma. Para educar na diversidade, o docente deve adotar em sua prática pedagógica os princípios orientadores da prática de ensino inclusiva. A partir da publicação da LDB (MEC, 1996) e particularmente a partir do ano de 2000, as políticas públicas que regulamentam a educação brasileira e os programas governamentais têm gradualmente preparado os educadores para a inclusão de todas as crianças, jovens e adultos no país, sem discriminação de qualquer natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise de algumas bibliografias a respeito do tema tratado, pudemos constatar que o brincar está presente na vida do ser humano do nascimento até a fase adulta. E que o brinquedo significa um desafio à sua curiosidade permitindo à criança o fazer e desfazer.

Brincando a criança experimenta situações e emoções da vida adulta. E torna cúmplice daquele que brinca e joga junto. Na realização do presente projeto, pesquisamos diversos autores que nos deram valiosas contribuições acerca do uso do brinquedo e do brincar para o desenvolvimento humano.

Alguns teóricos acreditam que “o brincar é vital para o desenvolvimento do potencial de todas as crianças”. Outros dizem que “o brincar é a vida das crianças.” Concluímos, portanto, que a brincadeira é um fator cultural que recebeu contribuição das diferentes etnias: branca, negra e indígena. E que o brincar é fundamental para a socialização da criança e para o desenvolvimento da aprendizagem. O brincar é tão importante que através dele a criança aprende toda a riqueza do aprender fazendo, sem estresse, mas com criatividade e sensibilidade pela aquisição do conhecimento.

Compreendemos a importância do uso do lúdico para promover a inclusão dos alunos com necessidades especiais no meio educacional e social e constatamos que, através do brincar, muitas barreiras são vencidas pelo simples fato de aprender com prazer e sem medo de errar.

Por acreditarmos que o ambiente das escolas deve ser um local prazeroso, deve-se dar às crianças especiais o direito de explorar, experimentar, tocar, expressar, enfim, vivenciar por meio de atividades diversificadas, em um ambiente em estímulos, cujo objetivo maior seja o seu desenvolvimento e o seu crescimento de maneira equilibrada.

Nesse sentido, direciona-se o presente estudo, cujo objetivo consiste em estimular a utilização dos jogos e brincadeiras como facilitadores da aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, na Escola. Ao trabalhar com crianças especiais é preciso estar longe de

rótulos, estigmas e preconceitos. É necessário assumir as diferenças de cada indivíduo, favorecendo o seu desenvolvimento educacional e respondendo às suas necessidades individuais no processo de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências. Petrópolis, RJ: vozes, 1998.  
BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília MEC/SEE, 1998.

DAVIS, Cláudia & OLIVEIRA, Zilma. Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez. 1994.

FIORENTINI, Dário & MIORIM, Maria A. Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no ensino da matemática. Boletim SBEM, SP,v.4, n.7, p.4-9,1996.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. Brincar: prazer e aprendizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Escola ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar-aprender a sentir, ser e fazer. Cuiabá: Seduc.2000.

OLIVEIRA, Paulo de salles. O que é brinquedo. Brasília: brasiliense,1984.

OLIVEIRA, Vera Barros (org) O buscar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis RJ: Vozes:2000.

POSSARI, Lucia Helena Vandrúsculo & NEDER, Maria Lúcia Cavalli. Linguagem (o ensino: o entorno, o percurso). Cuiabá, Edu FMT, 2001.

VOLPATO, Gildo. Jogo, brincadeira e brinquedo: usos e significados no contexto escolar e familiar. Florianópolis: Cidade Futura,2002.

Winnicott, D.W. O brincar e a realidade – Rio de Janeiro: Esmago, 1975.25.

**O PROCESSO DE ENSINO - APRENDIZAGEM MEDIADO PELO LÚDICO: UMA  
NECESSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES**

SILVA, ELISANGELA OLIVEIRA DE CARVALHO DA  
PEREIRA, AMARILSON ROSA FERREIRA  
LOPES, LIVIA LAINARA SILVA  
OLIVEIRA, CARINE MARINE QUEIROZ DE  
GUIMARÃES, DEUVANA FERREIRA CHELIS  
RODRIGUES, CLEIRE OLIVEIRA

**Cuiabá – MT**

# O PROCESSO DE ENSINO - APRENDIZAGEM MEDIADO PELO LÚDICO: UMA NECESSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES

SILVA, ELISANGELA OLIVEIRA DE CARVALHO DA<sup>1</sup>  
PEREIRA, AMARILSON ROSA FERREIRA<sup>2</sup>  
LOPES, LIVIA LAINARA SILVA<sup>3</sup>  
OLIVEIRA, CARINE MARINE QUEIROZ DE<sup>4</sup>  
GUIMARÃES, DEUVANA FERREIRA CHELIS<sup>5</sup>  
RODRIGUES, CLEIRE OLIVEIRA<sup>6</sup>

## RESUMO

O presente trabalho parte de reflexões acerca do lúdico no processo de aprendizagem, que apesar de ser considerada uma metodologia de ensino eficiente por vários pensadores, ainda se depara que alguns professores por não conhecer a dinâmica de ensino da Educação Infantil, bem como o currículo acabam compreendendo o trabalho com o lúdico como desordem. Com isso, o trabalho é fruto de pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo e tem como objetivo compreender como o lúdico, o qual pode contribuir com o fazer pedagógico significativo, inovador e prazeroso no processo de aprendizagem, levando em consideração as etapas de desenvolvimento da criança, pois o mesmo promove uma aprendizagem significativa e faz com que a criança conheça, compreendam e construam seus conhecimentos tornando-se cidadã desse mundo, sendo capaz de exercer cidadania com dignidade e competência. A análise mostrou a importância do lúdico na Educação Infantil, apresentando sua legalidade em documentos como a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, Documentos de Referência Curricular-DRC, assim, entende-se, que a formação e valorização de professores fazem-se necessária nesse processo de inovar a educação brasileira e de forma especial nesta contemporaneidade pandêmica.

**Palavras-chave:** Ensino, Lúdico, Educação Infantil.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a destacar a importância da atividade lúdica como uma possibilidade metodológica no processo de aprendizagem na Educação Infantil e como o mesmo pode auxiliar na socialização da criança pequena no espaço escolar. Em busca de compreender melhor a importância do lúdico no espaço escolar e como essa prática, pode contribuir tanto no processo de ensino-aprendizagem dos alunos quanto na ambientação, socialização e com o meio escolar escolhemos como temática e ponto de partida para esse relatório o levantamento de dados através de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica será feita em literaturas, artigos e dissertações que abordam a temática. A pesquisa documental se dará em torno de documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional -LDB, Lei de número 9394/1996 bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais-DCNs.

Os documentos supracitados, enfatizam a importância do lúdico no processo de aprendizagem. Segundo Oliveira (2000) o brincar não significa apenas recrear, é muito mais,

<sup>1</sup>Esp. Psic. Clínico e Institucional - Enf. em Ed. Inclusiva. FACULDADE DA AMAZÔNIA

<sup>2</sup>ESP Coordenação Pedagógica -UFMT

<sup>3</sup>Esp. Docência para Ed. Profissional e Tecnológica – IFECT.

<sup>4</sup>Esp. Psic. Pedag. Educacional e Clínica -FACIBI

<sup>5</sup>Esp. Geografia e Meio Ambiente - Book Play

<sup>6</sup>Mestra em Geografia pela UFMT

caracterizando-se como uma das formas mais complexas que a criança tem de comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento acontece através de trocas recíprocas que se estabelecem durante toda sua vida.

Assim, através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, ainda propiciando à criança o desenvolvimento de áreas da personalidade como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade.

Referente à este entendimento, Vygotsky (1998) corrobora sobre o papel do brinquedo, o qual para ele é visto como um suporte da brincadeira e ainda o brinquedo tendo uma grande influência no desenvolvimento da criança, pois o brinquedo promove uma situação de transição entre a ação da criança com objeto concreto e suas ações com significados, assim veremos ao longo do artigo.

Sendo assim, está pesquisa nos leva a compreender, bem como refletir sobre a importância que há nos momentos em que as crianças brincam. Dessa forma, o trabalho busca evidenciar a importância do lúdico como possibilidade de aprendizagem de escolarização e de socialização da criança pequena tanto no espaço escolar, quanto fora dele, tendo em vista que é por meio dele que a criança aprende e se desenvolve.

## **2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA**

Vivemos em uma sociedade totalmente tecnológica, onde as crianças já nascem praticamente conectadas ao tablet, celular ou qualquer outro dispositivo eletrônico. Os brinquedos mudaram, não é mais como há algumas décadas, porém o ato de brincar continua sendo uma atividade prazerosa para a criança, principalmente o brincar em grupo.

Diante dessa sociedade globalizada, faz-se um questionamento: Porque alguns professores ainda utilizam métodos de ensino tradicionais, onde a aprendizagem fica centrada no professor? Como o lúdico pode auxiliar no processo de aprendizagem?

## **3.OBJETIVOS**

### **3.1 Objetivos Gerais**

Compreender como o lúdico como possibilidade de contribuir para fazê-lo pedagógico significativo, inovador e prazeroso no processo de aprendizagem, levando em consideração as etapas de desenvolvimento da criança.

### **3.2 objetivos específicos**

- Conceituar e caracterizar o lúdico como método de ensino;
- Verificar o que dizem a literatura e documentos legais, sobre o lúdico no processo de aprendizagem;
- Verificar os caminhos percorridos pelos professores, para inserir brincadeiras e jogos no processo de aprendizagem.

## **4. O LÚDICO COMO METODOLOGIA DE ENSINO: um pouco de entendimento**

### **4.1 Conceitos e Caraterísticas**

O brincar na Educação Infantil e nas séries iniciais, tem sido objeto de estudo, sendo sempre levando em conta a grande importância que há em momentos em que as crianças brincam e assim tem êxito na aprendizagem. Mas algo que não podemos deixar de citar que há muitas definições para brincar-lo, como afirma Moyles (2002, p. 58) quando enfatiza que “[...] o problema parece ser que a

pesquisa sobre o brincar ficou atolada em um emaranhado de definições do brincar como uma base para apoiar argumentos posteriores”.

Apesar de ser considerado um método de ensino eficiente por vários especialistas, a percebem como parte importante do currículo na educação infantil e fica evidentes que não é dada importância devida ao lúdico durante o tempo em que as crianças permanecem na escola.

Como se sabe nos anos de 2020 e 2021, a pandemia da COVID-19 e a dificuldade de desenvolver atividades de forma remota, fez com que os professores repensassem a forma de ensinar.

Percebeu-se a importância de estarmos juntos, de brincar para aprender. Partindo dessa reflexão vê-se a necessidade de se trabalhar métodos ativos que façam com que o aluno adquira autonomia, que auxilie no processo de socialização desde a Educação Infantil. Sendo assim o lúdico seria mais possibilidade opção de metodologia no contexto escolar.

Para compreendermos como o lúdico pode ser utilizado como metodologia de ensino faz-se necessário antes definir a palavra lúdica. No Dicionário da Língua Portuguesa, redigido por Sérgio Ximenes (2001, p. 549), lúdico é definida da seguinte forma: “Lúdico *lú. di. co adj.* Relativo a, ou que tem caráter de jogos ou divertimentos.” [Grifo do autor]. A definição indica duas opções, e nos dois o termos lúdico, é uma brincadeira que proporciona divertimento, está relacionada a jogos.

Nesse sentido Santo corrobora que:

[...] tem o caráter de jogo, brinquedo, brincadeira e divertimento. Brincadeira refere-se basicamente à ação de brincar, à espontaneidade de uma atividade não-estruturada; brinquedo é utilizado para designar o sentido de objeto de brincar, jogo é compreendido como brincadeira que envolve regras e, divertimento como um entretenimento ou distração. (SANTOS, 2011, p. 24).

Ao definir o lúdico, observa-se que o mesmo está relacionado a jogos e brincadeiras.

Redirecionando essa definição para o pedagógico, verifica-se que os jogos e brincadeiras em maioria das vezes possuem regras e leva o aluno a propor soluções e levantar hipóteses, na sequência concluir seu raciocínio, algo semelhante ao processo de aprendizagem.

De acordo com Kishimoto (2002) o jogo é considerado uma atividade lúdica que tem valor educacional, a utilização do mesmo no ambiente escolar traz muitas vantagens para o processo de ensino aprendizagem, o jogo é um impulso natural da criança funcionando, como um grande motivador, é através do jogo obtém prazer e realiza um esforço espontâneo e voluntário para atingir o objetivo, o jogo mobiliza esquemas mentais, e estimula o pensamento, a ordenação de tempo e espaço, integra várias dimensões da personalidade, afetiva, social, motora e cognitiva.

Nisto Carvalho (1992, p.28) acrescenta “[...] o ensino absorvido de maneira lúdica, passa a adquirir um aspecto significativo e afetivo no curso do desenvolvimento da inteligência da criança, já que ela se modifica de ato puramente transmissor a ato transformador em ludicidade, denotando-se, portanto, em jogo”.

Assim sendo, jogos e brincadeiras não são apenas uma forma de entretenimento, no cenário educacional ela se apresenta como uma metodologia que possibilita a aprendizagem de várias habilidades e competência. Através do lúdico o educador pode interagir com seus alunos e utilizá-lo não somente como um passa tempo, mas, como algo que possibilita a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças pequenas.

Dessa forma podemos transformar a aprendizagem em algo prazeroso. É brincando que a criança aprende a respeitar regras, a ampliar o seu relacionamento social e a respeitar a si mesmo e ao outro. Por meio do universo lúdico que a criança começa a expressar-se com maior facilidade, ouvir, respeitar e discordar de opiniões, exercendo sua liderança, e sendo liderados e compartilhando sua alegria de brincar.

Andrade (2013) enfatiza que possibilita um novo olhar sobre o brincar e as verdadeiras possibilidades que o mesmo traz na vida da criança. Portanto é de suma importância desmistificar a ideia de que o brincar não leva a aprendizagem.

Dada a importância do lúdico para o processo de ensino-aprendizagem, se faz necessária coragem para assumir o brincar como componente intrínseco ao desenvolvimento infantil e, portanto, primordial no trabalho com as crianças.

É imprescindível, também, que essa postura seja abraçada por toda equipe escolar (do diretor aos funcionários que prestam serviços na escola), não somente pelo professor da classe. O professor deve se permitir brincar junto e ter sensibilidade para reconhecer a importância do toque amoroso, do gesto de respeito e acolhimento do imaginário e fantasia da criança (Sommerhalder e Alves, 2011).

No livro “Jogo e a Educação da Infância - muito prazer em aprender” os autores acima referenciados aponta a importância da presença da brinquedoteca e da presença do brinquedista ou ludotecário na instituição que atende a criança pequena.

Nesse sentido, o pedagogo deve ter a responsabilidade de definir o perfil do ludotecário, ou, na ausência deste, deve, então, definir os tipos de brincadeiras e brinquedos, seus objetivos, suas funções sociais e, por fim, embasar tais ações nas teorias que as sustentam de modo a garantir o desenvolvimento e a aprendizagem infantil.

Os autores ora mencionados, ainda enfatizam que há não regra para organização e exposição da brinquedoteca, ou, dos brinquedos podendo ser por pequenas áreas denominadas cantos como “Canto do Faz de Conta”, “Canto da Oficina”, “Canto das Fantasias”, etc. Outros exemplos são os cantos temáticos: “Casinha”, “Mercadinho”, “Escolinha”, “Banco”, “Hospital” que devem ser previamente definidos (Aflalo, 1992 apud Sommerhalder e Alves, 2011). É importante cuidar para que as crianças tenham acesso fácil aos objetos em seus lugares de armazenamento, organização e exposição.

Sommerhalder e Alves apud Santos (1995) apresenta a importância do brinquedo para despertar a curiosidade da criança, exercitar a inteligência e permitir a imaginação e a invenção. Ela esclarece ainda a importância de mesclar brinquedos industrializados com artesanais, aqueles consumidos conforme qualquer propaganda e estes promovidos por valores culturais intrínsecos.

Tal organização do trabalho garantirá o desenvolvimento constituinte do “BRINCAR”: a fantasia, a imaginação, a curiosidade e a criatividade. O brincar deve envolver a criança com o profissional e vice versa, bem como com o adolescente e com o adulto. “Isso significa alicerçar a formação em uma postura pedagógica que dê sustentáculo a toda reflexão teórica” (Negrini, 2008, p.88; apud Sommerhalder e Alves, 2011).

E, por fim, conforme Aflalo (1992) “[...] os brinquedos escolhidos para uma brinquedoteca, além de trazer diversão àqueles que com ele brincam, tem também o objetivo de enriquecer e preencher muitas das necessidades próprias de cada fase de desenvolvimento infantil, tanto do ponto de vista físico, como do mental ou intelectual (p.219) IN SOMMERHALDER E ALVES, 2011).

É sabido que alguns educadores associam o lúdico a bagunça e descontrole, o que pode colocar em dúvida a competência técnica de alguns profissionais quando avaliados por seus coordenadores e colegas, uma hipótese é que essa associação está ligada ao fato de que no Brasil temos muitos vestígios da cultura ocidental. Sobre isso Andrade (2013, p. 12), assim refere:

Como manifestação de um ser primitivo e desvalorizado socialmente, o brincar foi sendo restringido e controlado, melhor dizendo, “plastificado”, no contexto das instituições educacionais, em nome da disciplina e de uma concepção de desenvolvimento infantil. Podemos pensar que isso se deu porque o brincar tem um caráter subversivo, isso quer dizer que ele suspende a convenção e recria os significados escapando do controle e da ordenação.

Desse modo, quando analisada a forma de como o brincar, vem sendo tratado nas práticas educacionais na educação infantil percebe-se que as algumas instituições educacionais ainda organizam suas rotinas de modo a impedir ou restringir a manifestação lúdica exaltando o pensamento de que o adulto deve manter sempre o controle da situação.

Pensando no controle e na segurança dos alunos, alguns professores impõem regras que normatizam os momentos de interação. Por exemplo: não permitir que as crianças mais velhas brinquem com crianças menores porque as maiores podem machucar os menores.

Outros determinam uma rotina da turma que existem momentos e espaços certos para brincar. Sobre essa situação em específico Andrade, coloca que: “[...] desse modo, a criança se vê diante do controle do seu corpo que, paulatinamente, vai sendo internalizado a ponto de ela própria produzir apenas os movimentos que a escola considera necessários para a aprendizagem” (2013, p. 16).

É importante enfatizar que as crianças aprendam a valorizar suas brincadeiras, o que só pode acontecer se elas forem igualmente valorizadas por aqueles que as cercam. Brincar mantém as crianças física e mentalmente ativas. Assim, como corrobora Piaget que:

O brincar implica uma dimensão evolutiva com as crianças de diferentes idades, apresentando características específicas, e formas diferenciadas de brincar. Na Educação Infantil deve-se facilitar a aprendizagem utilizando-se de atividades lúdicas que criem um ambiente agradável para favorecer o processo de aquisição de autonomia de aprendizagem. Para tanto, o saber escolar deve ser valorizado socialmente e a aprendizagem e a interação devem ser processos dinâmicos e criativos através de jogos brinquedos e brincadeiras. (PIAGET, 1998, p. 13).

Portanto, ao brincar, a criança tem a oportunidade de relacionar-se, pois ao participar de uma brincadeira ela interage com o meio e com colegas e professores. A brincadeira é prazerosa para toda criança, torna o ambiente escolar saudável. O lúdico é divertido, propício para a inclusão. É importante que a criança descubra e construa por si mesma os significados por meio de jogos e brincadeiras.

Nesse sentido o professor deve proporcionar um ambiente acolhedor, objetos e recursos que ofereçam situações desafiadoras, motivando perguntas e respostas, estimulando a criatividade e a descoberta de acordo com a necessidade de cada um.

#### **4.2 O lúdico no processo de ensino uma retrospectiva com embasamentos teóricos: os nos marcos legais.**

A Lei de Diretrizes e Bases Educacionais Nacional-LDBN, lei de número 9394/1996, estabelece em seu Art. 4º, o dever do Estado com educação escolar pública E garante a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- Pré-escola;
- b) Ensino fundamental;
- c) ensino médio.

O documento faz referência a Educação Infantil no item II e coloca a mesma como gratuita, devendo contemplar às crianças de até 5 (cinco) anos de idade. Nisto a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, é outro documento que também normatiza a educação básica, a qual foi publicada pelo Ministério da Educação - MEC no dia 03 de abril de 2018, sua principal finalidade é orientar os currículos a serem desenvolvidos pelos diversos sistemas de ensino estaduais e municipais do País em todas as modalidades e níveis de ensino da Educação Básica.

Em relação à Educação Infantil a BNCC assegura os direitos inerentes à aprendizagem e ao desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver, são eles que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (Brasil, 2018).

Partindo dos direitos de aprendizagem propostos na BNCC, seu currículo está organizado em cinco campos de experiências, sendo O eu, o outro e o nós - que simboliza a convivência social e respeito a diversidade; Corpo, gestos e movimentos - a aprendizagem por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos; Traços, sons, cores e formas - ressalta a importância e o respeito as diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar e fora dele; Escuta, fala, pensamento e imaginação – interação entre a criança com seres e tudo ao seu redor; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – as crianças desenvolvem a aprendizagem em situações relacionadas ao tempo e espaço.

Observa-se também que um dos direitos de aprendizagem da criança é o brincar, além disso, a criança precisa desenvolver os cinco eixos de aprendizagem entre eles está “o eu, o outro e o nós” onde as crianças precisam aprender a conviver com os colegas de forma a desenvolver habilidades que possam o auxiliar a se relacionar com a sociedade e o meio em que vive. Partindo desse pressuposto os jogos e a aprendizagem de maneira lúdica se constituem como uma opção de metodologias de ensino.

A BNCC ainda propõe os campos de experiência, para essa etapa de ensino, os mesmos visam desenvolver habilidades e competências necessárias a faixa etária da criança, são eles: traços, sons, cores e formas.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI, e a Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como, sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira. Outro documento que também enfatiza a importância do lúdico no processo de aprendizagem são os DRCs, documentos elaborados para auxiliar a implantação da BNCC no estado de Mato Grosso.

Diante do exposto a escola deve ter seu documento de referência o PPP – Projeto Político Pedagógico, pautado em metodologias que priorizem a aprendizagem de forma lúdica.

Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas como corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.) (BRASIL, 2018, p. 38-39).

Para que isso seja possível a escola/professor deve proporcionar um ambiente interativo, onde as crianças possam se relacionar com os colegas, professores e o ambiente que o cerca, e ter como base metodologias de ensino que façam com que as crianças desenvolvam as habilidades e competências necessárias para construção da identidade do aluno.

### 4.3 Formações de professores: a necessidade de um urgente repensar

Observa-se que ao longo dos anos a educação e a sociedade têm passado por muitas mudanças. E os professores ou a maioria deles têm buscado se atualizar constantemente.

Com isso, no entanto, ao inovar e buscar novas alternativas de ensino não acontece da noite para o dia, os resultados podem demorar a serem percebidos.

Um dos caminhos percorridos pelos professores para tornar a educação um ato prazeroso e desenvolver habilidades e competências necessárias para atuar em sociedade é a formação de professores, em nível de especialização e formação continuada. Nesse sentido Santo, corrobora que:

[...] Para que ocorra uma mudança de concepção, faz-se necessário que os cursos de formação (inicial e continuada) de professores também ofereçam a esses profissionais orientações didático-metodológicas sobre as melhores formas de selecionar e utilizar recursos tecnológicos no processo educativo escolar. Os docentes precisam, pois, saber da existência das potencialidades possibilidades (vantagens) e limitações (desvantagens) desses e de outros recursos didático-pedagógicos para melhor ensinar, e assim ajudar os alunos a (re) construir novos conhecimentos úteis a sua aprendizagem e a sua vida pessoal e profissional (SANTOS, 2011, p. 77).

A formação continuada de professores surge como uma opção e nesse sentido a educação a distância também tem auxiliado nesse processo de inovação no processo de aprendizagem, principalmente nessa época modificada pela pandemia da COVID-19.

Assim, a formação de professores se faz necessário uma vez que o professor é de suma importância dentro do processo educativo das crianças pequenas, pois é ele quem cria os espaços, disponibiliza materiais, participa das brincadeiras, ou seja, que deve interagir com as crianças nos processos que vão oportunizando a formação humana em um contexto enriquecido por situações mediadas pelas educadoras e educadores.

O brincar, ou seja, a forma lúdica de aprender deve fazer parte da formação em Pedagogia, capacitações, participar sala do educador, enfim o profissional deve ser atuante na instituição que atende a criança pequena. Portanto, os governos em todas as suas esferas precisa fomentar políticas públicas que possam proporcionar a formação dos professores para além da graduação.

## 5. Algumas CONSIDERAÇÕES

Diante do que fora exposto até aqui, verifica-se que o lúdico está relacionado à jogos e brincadeiras e possui um papel importante dentro do processo de aprendizagem, tornando-a significativa, inovadora e prazerosa, levando em consideração as etapas de desenvolvimento da criança. Observa-se que os documentos que legalizam o processo educacional, apresentam o lúdico como uma metodologia de ensino eficaz, capaz de desenvolver habilidades e competências necessárias e as etapas em que a criança está inserida.

Cabe assim, ressaltar que a BNCC, tem como um dos direitos de aprendizagem da criança o “brincar” dando ênfase na autonomia, criatividade e interação da criança com o seu e o outro. Verifica-se que os professores estão buscando alternativas para dinamizar o processo de aprendizagem, participando de formação continuada e de cursos que apresentam uma infinidade de métodos de ensino e de recursos didáticos. Ressalta-se que se faz importante a postura do professor, que deve ser um pesquisador e do ambiente escolar ser colaborativo e interativo.

Nesta conjectura, constata-se que o brincar é uma parte fundamental da aprendizagem e do desenvolvimento nos primeiros anos de vida. As crianças brincam instintivamente e, portanto, os

adultos deveriam aproveitar essa inclinação "natural". Crianças que brincam confiantes tornam-se aprendizes vitalícios, capazes de pensar de forma abstrata e independente, assim como de correr riscos a fim de resolver problemas e aperfeiçoar sua compreensão. Já é comprovado que crianças pequenas alcançam a melhor compreensão através de experiências que fazem sentido para elas e nas quais podem usar seus conhecimentos prévios.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Daniela Barros da Silva Freire. Pedagogia da Infância III: Educação e Ludicidade. Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2013. 117 p.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

CARVALHO, Ana Maria Almeida. et al. (Org.). Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2002.

MOYLES, Janet R. Só brincar? O papel do brincar na educação infantil. Trad.: Maria Adriana Veronese. \_ Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

OLIVEIRA, Vera Barros de (org). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIAGET, Jean. A Psicologia da criança. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. Alea, dez 2005, v.7, no.2, p.305-322.

SANTOS, Elza Cristina. Dimensão lúdica e arquitetura: o exemplo de uma escola de educação infantil na cidade de Uberlândia. 2011. 363 f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Recursos didático-pedagógicos na educação matemática escolar: uma abordagem teórico-prática. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2011.

SOMMERHALDER, Aline; ALVES, Fernando Donizete. Jogo e a educação da infância: muito prazer em aprender. Curitiba, PR: CRV, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. A Formação Social da Mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

XIMENES, Sérgio. Dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. Ver. E ampl. Sérgio Ximenes. São Paulo: Ediouro, 2001.

**DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS DE ENSINO, METODOLOGIAS ATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA DIALÓGICA**

FRANÇA, WENDER JEIWESON AZEVEDO DE  
SILVA, DENYSON JALES DA  
OLÍMPIO, FELIPE FÉLIX DA COSTA  
SANTIAGO, HELENA BARBOSA  
FERNANDES, SELMA DE OLIVEIRA

**Cuiabá – MT**

# DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIAS DE ENSINO, METODOLOGIAS ATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA DIALÓGICA

FRANÇA, WENDER JEIWESON AZEVEDO DE<sup>1</sup>  
SILVA, DENYSON JALES DA<sup>2</sup>  
OLÍMPIO, FELIPE FÉLIX DA COSTA<sup>3</sup>  
SANTIAGO, HELENA BARBOSA<sup>4</sup>  
FERNANDES, SELMA DE OLIVEIRA<sup>5</sup>

## RESUMO

A docência no ensino superior demanda, na contemporaneidade, uma atuação pedagógica que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, exigindo do professor planejamento, intencionalidade didática e domínio de metodologias que promovam a aprendizagem significativa. O presente artigo tem como objetivo analisar a docência no ensino superior a partir da utilização de estratégias de ensino centradas na aula expositiva dialogada, articuladas com metodologias ativas de aprendizagem, especialmente a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva, buscando compreender como a organização sistematizada do conteúdo, aliada à problematização inicial, à organização do conhecimento e à aplicação prática, contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia discente. Além disso, discute-se a importância da formação pedagógica do professor universitário e o papel da motivação no processo de aprendizagem, evidenciando que o engajamento discente está diretamente relacionado às estratégias didáticas adotadas. Destaca-se, ainda, o uso de recursos didáticos, incluindo tecnologias digitais, mapas mentais, quadros comparativos e estudos de caso, como instrumentos facilitadores da aprendizagem e da integração entre teoria e prática. Conclui-se que a docência eficaz no ensino superior exige coerência entre objetivos, conteúdos e metodologias, bem como uma postura reflexiva do docente, capaz de considerar as necessidades individuais dos estudantes e promover uma aprendizagem significativa, crítica e contextualizada.

**Palavras-chave:** Docência no Ensino Superior. Metodologias Ativas. Aprendizagem Baseada em Problemas. Aula Expositiva.

## ABSTRACT

Higher education teaching currently requires a pedagogical approach that goes beyond the mere transmission of content, demanding from professors careful planning, didactic intentionality, and mastery of methodologies that promote meaningful learning. This article aims to analyze teaching in higher education through the use of instructional strategies centered on dialogic lectures, articulated with active learning methodologies, especially Problem-Based Learning (PBL). The study adopts a qualitative approach, with a bibliographic and descriptive nature, seeking to understand how the systematic organization of content, combined with initial problematization, knowledge organization, and practical application, contributes to the development of critical thinking and student autonomy. Furthermore, the study discusses the importance of pedagogical training for university professors and the role of motivation in the learning process, highlighting that student engagement is directly related to the teaching strategies employed. It also emphasizes the use of didactic resources, including digital technologies, mind maps, comparative charts, and case studies, as tools that facilitate learning and the integration between theory and practice. It is concluded that effective teaching in higher education requires coherence between objectives, content, and methodologies, as well as a reflective teaching practice capable of addressing students' individual needs and promoting meaningful, critical, and contextualized learning.

**Keywords:** Higher Education Teaching. Active Methodologies. Problem-Based Learning. Dialogic Lecture. Legal Education.

<sup>1</sup>Esp. em Docência do Ensino Superior -Faceib

<sup>2</sup>Graduado em Gestão Pública – FACIPAN

<sup>3</sup>Mestre –PROFMAT

<sup>4</sup>Esp. Psicopedagogia Clínica Institucional -FAFI

<sup>5</sup>Esp. Atendimento Educacional Especializado -INVEST

## 1. INTRODUÇÃO

A docência no ensino superior apresenta desafios complexos que exigem do professor não apenas o domínio do conteúdo, mas também o desenvolvimento de competências pedagógicas capazes de promover uma aprendizagem significativa, crítica e contextualizada. Nesse cenário, torna-se imprescindível repensar as práticas tradicionais de ensino, historicamente centradas na transmissão passiva do conhecimento, para a adoção de estratégias que valorizem a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

A evolução das demandas educacionais, especialmente no âmbito da educação superior, evidencia a necessidade de integração entre teoria e prática, de modo a possibilitar a formação de profissionais críticos, reflexivos e capazes de intervir na realidade social. Nesse contexto, o docente assume o papel de mediador do conhecimento, sendo responsável por criar condições pedagógicas que favoreçam a construção do saber a partir de experiências significativas e da problematização da realidade.

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar a docência no ensino superior sob a perspectiva de estratégias de ensino que articulam a aula expositiva dialogada com metodologias ativas de aprendizagem, com destaque para a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Busca-se, ainda, discutir a relevância do planejamento pedagógico, da organização da sequência didática e da utilização de recursos metodológicos que favoreçam a compreensão, a sistematização e a aplicação do conhecimento.

A docência no ensino superior tem sido amplamente discutida no campo educacional, sobretudo em razão das transformações sociais e tecnológicas que impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a permanência de práticas tradicionais, centradas exclusivamente na exposição do conteúdo, revela-se insuficiente diante das novas demandas formativas, exigindo do professor uma postura pedagógica inovadora e reflexiva.

Segundo Paulo Freire (1996), o ensino não pode ser reduzido à transferência de conhecimento, mas deve constituir-se como um processo dialógico, no qual professor e estudante constroem saberes de forma conjunta. Essa perspectiva rompe com o modelo bancário de educação e reforça a necessidade de metodologias que promovam a participação ativa dos estudantes. Nesse sentido, o autor afirma que “o diálogo sela o ato de aprender que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual. O diálogo é, em si, criativo e re-criativo” (FREIRE; SHOR, 1987, p. 13-14).

Além disso, José Carlos Libâneo (1998) destaca que o ensino eficaz exige intencionalidade pedagógica, planejamento estruturado e articulação entre teoria e prática. Dessa forma, o professor universitário deve assumir uma postura crítica, reflexiva e estrategicamente orientada, sendo capaz de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes e às exigências do contexto educacional contemporâneo.

Por fim, destaca-se que a docência no ensino superior não se limita ao momento da aula, mas envolve um processo mais amplo que inclui planejamento, definição de estratégias de ensino, acompanhamento da aprendizagem e avaliação contínua dos estudantes, reforçando o papel do professor como agente central na construção de uma educação de qualidade.

## 2. A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

### 2.1. *A complexidade da prática docente*

A docência no ensino superior não se limita ao momento da aula, mas configura-se como um processo amplo e articulado que envolve planejamento, organização, execução e avaliação da aprendizagem. O trabalho docente inicia-se antes mesmo do contato com os estudantes, por meio da

definição de objetivos, seleção de conteúdos, escolha de metodologias e elaboração de estratégias avaliativas coerentes com a proposta pedagógica.

Nesse sentido, conforme destaca José Carlos Libâneo (1998), a atuação do professor deve ser compreendida a partir das transformações sociais que impactam diretamente a educação, exigindo uma reconfiguração da prática docente. O ensino deixa de ser uma atividade meramente transmissiva e passa a demandar intencionalidade pedagógica, organização didática e compromisso com a aprendizagem efetiva dos estudantes.

A complexidade da prática docente manifesta-se, portanto, na necessidade de o professor articular diferentes dimensões do ensino, sendo capaz de adaptar suas estratégias às características da turma, aos diferentes ritmos de aprendizagem e às especificidades do contexto educacional. Essa adaptação exige uma postura crítica e reflexiva, na qual o docente analisa continuamente sua prática e busca aprimorá-la.

Sob essa perspectiva, Paulo Freire, em parceria com Ira Shor (1987), enfatiza que o ensino deve ser compreendido como uma prática dialógica e problematizadora, na qual o professor não apenas transmite conteúdos, mas provoca a reflexão, estimula o questionamento e promove a construção coletiva do conhecimento. Essa abordagem reforça a ideia de que a docência é uma atividade dinâmica, que exige constante reinvenção.

Além disso, no contexto contemporâneo, marcado pela presença intensiva das tecnologias digitais, a prática docente torna-se ainda mais complexa. O professor precisa incorporar recursos tecnológicos de forma crítica e intencional, transformando-os em ferramentas pedagógicas que potencializem a aprendizagem. O uso de filmes, documentários, plataformas digitais e outros recursos audiovisuais pode contribuir significativamente para a contextualização dos conteúdos, favorecendo a reflexão e aproximando a teoria da realidade dos estudantes.

Nesse cenário, a utilização de filmes que abordam temas relacionados ao conteúdo estudado, por exemplo, permite ao docente promover debates, estimular a análise crítica e desenvolver a capacidade interpretativa dos alunos. Tal prática está em consonância com a perspectiva freireana, ao possibilitar que o estudante interprete a realidade, questione e construa sentido a partir do conhecimento.

Dessa forma, a complexidade da docência no ensino superior reside na capacidade do professor de articular planejamento, metodologia, tecnologia e avaliação, promovendo uma aprendizagem significativa e alinhada às exigências contemporâneas.

## *2.2. O papel do professor como mediador*

No contexto educacional contemporâneo, o papel do professor passa por uma significativa transformação, deixando de ser concebido como o detentor exclusivo do conhecimento para assumir a função de mediador do processo de aprendizagem. Essa mudança reflete uma nova compreensão do ensino, na qual o conhecimento é construído de forma colaborativa, por meio da interação entre professor e estudantes.

De acordo com Freire e Shor (1987), o processo educativo deve ser fundamentado no diálogo, entendido como elemento essencial para a construção do conhecimento. Nessa perspectiva, o professor atua como aquele que orienta, provoca e problematiza, criando condições para que os estudantes desenvolvam autonomia intelectual e pensamento crítico.

A mediação pedagógica implica, portanto, na criação de ambientes de aprendizagem que favoreçam a participação ativa dos estudantes, estimulando a investigação, a análise e a reflexão. O docente deve incentivar os alunos a questionarem, interpretar e aplicarem os conteúdos, superando a lógica da memorização mecânica.

Conforme aponta Libâneo (1998), as mudanças na sociedade exigem do professor novas competências, especialmente no que se refere à capacidade de mediar o conhecimento em contextos

cada vez mais complexos e dinâmicos. Nesse sentido, o docente deve atuar de forma estratégica, utilizando diferentes recursos pedagógicos para facilitar a aprendizagem.

A incorporação das tecnologias digitais reforça ainda mais o papel do professor como mediador. Em um cenário em que os estudantes têm acesso a uma grande quantidade de informações, cabe ao docente orientar, filtrar e contextualizar esses conteúdos, transformando informação em conhecimento. O uso de recursos como vídeos, filmes, ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas interativas contribui para tornar o ensino mais dinâmico e significativo.

A utilização de filmes, por exemplo, pode ser uma estratégia eficaz para promover a reflexão crítica, permitindo que os estudantes analisem situações concretas, identifiquem problemas e estabeleçam relações com o conteúdo teórico. Essa prática fortalece o papel do professor como mediador, ao criar situações de aprendizagem que estimulam o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

Dessa forma, o professor mediador é aquele que orienta o processo de aprendizagem, promove o diálogo, estimula o pensamento crítico e utiliza diferentes estratégias e recursos para favorecer a construção do conhecimento, assumindo um papel ativo e fundamental na formação dos estudantes.

### **3. FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO**

A formação pedagógica do professor universitário constitui um dos principais desafios da educação superior contemporânea, especialmente em um contexto no qual muitos docentes ingressam na carreira a partir de sua formação técnica ou específica, sem preparo didático adequado. Essa realidade evidencia a necessidade de compreender a docência não apenas como domínio de conteúdo, mas como uma prática pedagógica que exige competências didáticas, metodológicas e reflexivas.

Nesse sentido, José Carlos Libâneo (1998) destaca que as transformações sociais e educacionais impõem uma reconfiguração da profissão docente, exigindo do professor novas habilidades que vão além da transmissão do conhecimento. O docente passa a ser responsável por organizar o ensino, selecionar estratégias adequadas e promover condições para a aprendizagem efetiva dos estudantes.

A ausência de formação pedagógica pode comprometer a qualidade do ensino, uma vez que o professor, mesmo possuindo domínio técnico, pode apresentar dificuldades na organização didática do conteúdo, na escolha de metodologias e na condução do processo de aprendizagem.

Dessa forma, torna-se fundamental a valorização da formação continuada, que possibilite ao docente desenvolver competências relacionadas à prática pedagógica.

Sob a perspectiva de Paulo Freire e Ira Shor (1987), o professor deve assumir uma postura crítica e reflexiva, compreendendo o ensino como uma prática transformadora. A formação docente, nesse contexto, deve favorecer a construção de uma consciência pedagógica, permitindo ao professor atuar de forma intencional, dialógica e comprometida com a aprendizagem dos estudantes.

Além disso, no cenário atual, marcado pela presença das tecnologias digitais, a formação pedagógica deve contemplar também o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso desses recursos. O professor precisa saber utilizar ferramentas como plataformas digitais, vídeos, filmes e ambientes virtuais de aprendizagem de forma estratégica, integrando-os ao processo de ensino de maneira significativa.

A utilização de filmes, por exemplo, pode ser incorporada como recurso pedagógico que favorece a reflexão crítica, possibilitando ao estudante analisar situações concretas e relacioná-las com o conteúdo teórico. Contudo, para que essa prática seja eficaz, é necessário que o professor possua intencionalidade pedagógica, orientando a atividade e promovendo o debate.

Dessa forma, a formação pedagógica do professor universitário deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve reflexão sobre a prática, atualização metodológica e

desenvolvimento de competências didáticas, sendo essencial para a construção de uma docência de qualidade no ensino superior.

#### **4. O PAPEL DA MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

A motivação constitui um elemento fundamental no processo de ensino-aprendizagem, influenciando diretamente o nível de engajamento, participação e desempenho dos estudantes. No ensino superior, esse aspecto torna-se ainda mais relevante, considerando a necessidade de formar profissionais autônomos, críticos e comprometidos com sua própria aprendizagem.

A ausência de motivação pode resultar em desinteresse, baixa participação e dificuldades na assimilação dos conteúdos, o que evidencia a importância de o professor adotar estratégias pedagógicas que estimulem o envolvimento dos estudantes. Nesse sentido, a motivação não deve ser compreendida como responsabilidade exclusiva do aluno, mas como um processo que também depende da atuação docente.

Sob a perspectiva de Freire e Shor (1987), o ensino deve ser significativo e contextualizado, de modo a despertar o interesse dos estudantes. A aprendizagem ocorre de forma mais eficaz quando o conteúdo faz sentido para o aluno e está relacionado à sua realidade. Dessa forma, o professor deve buscar estratégias que promovam a relevância do conteúdo e a conexão com a prática.

A utilização de metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Problemas, constitui importante estratégia para aumentar a motivação, uma vez que envolve o estudante na resolução de situações concretas, estimulando o pensamento crítico e a participação ativa. Além disso, a problematização inicial da aula contribui para despertar a curiosidade e o interesse dos alunos.

Conforme destaca José Carlos Libâneo (1998), o ensino deve ser planejado de forma intencional, considerando os objetivos de aprendizagem e as características dos estudantes. Nesse contexto, a motivação está diretamente relacionada à forma como o conteúdo é apresentado e às estratégias utilizadas pelo professor.

A incorporação de recursos tecnológicos também desempenha papel relevante na motivação dos estudantes. O uso de filmes, vídeos, estudos de caso e conteúdos interativos pode tornar o ensino mais dinâmico e atrativo, favorecendo o engajamento discente. A análise de filmes, por exemplo, permite que o estudante visualize situações práticas, desenvolva senso crítico e participe ativamente das discussões.

Além disso, o professor deve adotar uma postura que valorize o diálogo, o respeito e a escuta ativa, criando um ambiente de aprendizagem acolhedor e estimulante. A motivação também está relacionada ao sentimento de pertencimento do estudante, que se sente mais engajado quando percebe que sua participação é valorizada.

Dessa forma, o papel da motivação no processo de aprendizagem está diretamente ligado à atuação do professor, que deve utilizar estratégias pedagógicas diversificadas, promover a participação dos estudantes e criar condições para uma aprendizagem significativa e envolvente.

#### **5. ESTRATÉGIAS DE ENSINO NO ENSINO SUPERIOR**

##### *5.1. Aula expositiva dialogada*

A aula expositiva dialogada constitui uma estratégia de ensino que supera o modelo tradicional centrado na mera transmissão de conteúdos, ao articular a exposição sistematizada do conhecimento com a participação ativa dos estudantes. Trata-se de uma abordagem que reconhece o papel do professor na organização e condução do conteúdo, sem, contudo, desconsiderar a importância do estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem.

Diferentemente da aula expositiva tradicional, caracterizada por uma comunicação unilateral, a aula expositiva dialogada fundamenta-se no diálogo como elemento estruturante da aprendizagem, promovendo a interação, o questionamento e a construção coletiva do conhecimento.

Nessa perspectiva, conforme defendem Paulo Freire e Ira Shor (1987), o processo educativo deve ser compreendido como um ato dialógico, no qual ensinar e aprender constituem momentos indissociáveis de uma mesma prática.

A adoção dessa estratégia permite ao docente organizar e apresentar os conteúdos de forma clara e estruturada, ao mesmo tempo em que cria espaços para a intervenção dos estudantes, o esclarecimento de dúvidas e a problematização dos temas abordados. Assim, o professor deixa de ocupar uma posição centralizadora e passa a atuar como mediador do conhecimento, conduzindo o processo de aprendizagem de forma mais dinâmica e participativa.

Sob a perspectiva de José Carlos Libâneo (1998), o ensino exige intencionalidade pedagógica e organização didática, sendo fundamental que o professor selecione estratégias adequadas aos objetivos de aprendizagem. Nesse sentido, a aula expositiva dialogada revela-se uma estratégia eficaz, pois possibilita a articulação entre conteúdo, método e participação discente, favorecendo a aprendizagem significativa.

Além disso, a utilização de recursos didáticos, como esquemas, quadros comparativos, mapas mentais e apresentações digitais, contribui para a organização e sistematização do conteúdo, facilitando a compreensão dos conceitos. No contexto contemporâneo, o uso de tecnologias, como vídeos, trechos de filmes e conteúdos audiovisuais, amplia ainda mais as possibilidades dessa estratégia, permitindo ao professor contextualizar o conteúdo e aproximá-lo da realidade dos estudantes.

A inserção de filmes, por exemplo, pode ser utilizada como elemento disparador de discussões, possibilitando a análise crítica de situações práticas e a relação com os conteúdos teóricos. Essa prática está em consonância com a perspectiva freireana, ao promover uma aprendizagem baseada na reflexão, no diálogo e na interpretação da realidade.

Dessa forma, a aula expositiva dialogada configura-se como uma estratégia pedagógica que, quando bem planejada, permite ao professor organizar o conhecimento, estimular a participação dos estudantes e promover a construção significativa da aprendizagem, atendendo às exigências do ensino superior contemporâneo.

## ***5.2. Organização sistematizada do conteúdo***

A organização sistematizada do conteúdo constitui elemento essencial para a efetividade do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que possibilita ao estudante compreender a lógica interna dos temas abordados e estabelecer relações entre os diferentes conceitos. No ensino superior, essa organização assume papel ainda mais relevante, considerando a complexidade dos conteúdos e a necessidade de formação crítica e reflexiva.

De acordo com José Carlos Libâneo (1998), o ensino exige planejamento e estruturação didática, sendo fundamental que o professor organize o conteúdo de forma coerente, articulando objetivos, métodos e avaliação. Nesse sentido, a sistematização do conhecimento contribui para a clareza da exposição, a progressão lógica dos conteúdos e a facilitação da aprendizagem.

A utilização de recursos visuais, como mapas mentais, esquemas e quadros comparativos, constitui estratégia relevante nesse processo, pois permite a visualização das relações entre os conteúdos, favorecendo a compreensão global do tema. Esses recursos auxiliam os estudantes na organização das informações, contribuindo para a fixação e a consolidação do conhecimento.

Sob a perspectiva de Freire e Shor (1987), a aprendizagem deve estar vinculada à construção de sentido, o que implica na necessidade de o estudante compreender o conteúdo em sua totalidade e em sua relação com a realidade. Nesse contexto, a organização sistematizada do conteúdo não se

limita à apresentação de informações, mas envolve a estruturação do conhecimento de forma significativa e contextualizada.

Além disso, no cenário atual, marcado pela presença de tecnologias digitais, a organização do conteúdo pode ser potencializada por meio do uso de ferramentas tecnológicas, como apresentações interativas, plataformas digitais e recursos multimídia. O uso de mapas mentais digitais, por exemplo, permite maior dinamismo na apresentação dos conteúdos, favorecendo a interação e o engajamento dos estudantes.

A utilização de filmes e conteúdos audiovisuais também pode contribuir para a sistematização do conhecimento, ao permitir que os estudantes visualizem a aplicação prática dos conceitos, estabelecendo conexões entre teoria e realidade. Essa abordagem favorece a aprendizagem significativa, ao possibilitar que o estudante compreenda o conteúdo de forma integrada e contextualizada.

Dessa forma, a organização sistematizada do conteúdo configura-se como um elemento indispensável à prática docente, permitindo ao professor estruturar o ensino de forma clara, lógica e significativa, contribuindo para o desenvolvimento de uma aprendizagem mais eficaz no ensino superior.

## **6. METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM**

### ***6.1. Conceito e importância***

As metodologias ativas de aprendizagem constituem abordagens pedagógicas que promovem uma ruptura com o modelo tradicional de ensino, ao deslocarem o foco da transmissão de conteúdos para a participação ativa do estudante na construção do conhecimento. Nessa perspectiva, o aluno deixa de ocupar uma posição passiva e passa a atuar como protagonista do processo educativo, desenvolvendo autonomia, criticidade e capacidade de análise.

Essa concepção encontra respaldo na perspectiva de Paulo Freire e Ira Shor (1987), ao defenderem uma educação dialógica e problematizadora, na qual o conhecimento não é simplesmente transferido, mas construído a partir da interação, da reflexão e da experiência. Assim, as metodologias ativas alinham-se diretamente à proposta freireana de superação da educação bancária.

No contexto do ensino superior, a adoção dessas metodologias revela-se essencial diante das exigências contemporâneas, que demandam profissionais capazes de pensar criticamente, resolver problemas e atuar de forma reflexiva na realidade social. Conforme destaca José Carlos Libâneo (1998), as transformações sociais exigem uma reconfiguração das práticas docentes, tornando indispensável a utilização de estratégias que promovam uma aprendizagem significativa.

Além disso, a incorporação de tecnologias digitais potencializa as metodologias ativas, permitindo a utilização de recursos como plataformas interativas, vídeos, estudos de caso audiovisuais e filmes temáticos, que contribuem para a contextualização dos conteúdos e o aumento do engajamento discente. O uso de filmes, por exemplo, possibilita a análise crítica de situações concretas, estimulando o debate e a reflexão, em consonância com uma prática pedagógica problematizadora.

Dessa forma, as metodologias ativas configuram-se como instrumentos fundamentais para a construção de uma educação superior mais dinâmica, participativa e alinhada às demandas contemporâneas.

### ***6.2. Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)***

A Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) destaca-se como uma das principais metodologias ativas aplicadas no ensino superior, caracterizando-se pela utilização de situações-

problema como ponto de partida para o processo de aprendizagem. Nessa abordagem, os estudantes são desafiados a analisar contextos, identificar problemas, formular hipóteses e propor soluções fundamentadas.

Sob a perspectiva de Freire e Shor (1987), a problematização constitui elemento central do processo educativo, pois permite que o estudante compreenda a realidade, questione e construa conhecimento de forma crítica. A ABP materializa essa proposta ao inserir o aluno em situações que exigem reflexão e tomada de decisão.

A aplicação dessa metodologia no ensino superior, especialmente no ensino jurídico, revela-se extremamente relevante, uma vez que permite a aproximação entre teoria e prática, favorecendo o desenvolvimento de habilidades como argumentação, interpretação normativa, análise crítica e tomada de decisões fundamentadas.

Além disso, a ABP pode ser potencializada pelo uso de recursos tecnológicos e audiovisuais, como a apresentação de casos reais por meio de vídeos, documentários ou filmes, que funcionam como elementos disparadores da problematização. Essa estratégia amplia o envolvimento dos estudantes e contribui para uma aprendizagem mais significativa.

Dessa forma, a Aprendizagem Baseada em Problemas configura-se como uma metodologia eficaz para a formação de profissionais críticos e preparados para enfrentar os desafios da prática profissional.

## **7. SEQUÊNCIA DIDÁTICA NA DOCÊNCIA SUPERIOR**

### ***7.1. Problematização inicial***

A problematização inicial constitui o ponto de partida da sequência didática, sendo responsável por despertar o interesse dos estudantes e ativar seus conhecimentos prévios. Nesse momento, o professor apresenta uma situação-problema relacionada à prática, acompanhada de questionamentos orientadores que incentivam a reflexão crítica.

Essa etapa está diretamente alinhada à perspectiva de Freire e Shor (1987), que defendem a problematização como elemento essencial do processo educativo, ao possibilitar que o estudante interprete a realidade e construa conhecimento a partir dela.

A utilização de recursos como vídeos, notícias, casos reais e filmes pode enriquecer essa etapa, tornando o processo mais dinâmico e contextualizado. Esses recursos funcionam como elementos provocadores, estimulando o debate e a participação dos estudantes.

### ***7.2. Organização do conhecimento***

A etapa de organização do conhecimento corresponde ao momento em que o conteúdo é sistematizado pelo professor, por meio da aula expositiva dialogada, com o apoio de recursos didáticos como slides, quadros comparativos e mapas mentais.

Conforme destaca Libâneo (1998), o ensino exige organização didática e intencionalidade pedagógica, sendo fundamental que o conteúdo seja apresentado de forma estruturada e coerente. O diálogo estabelecido durante essa etapa possibilita a construção coletiva do conhecimento, permitindo ao professor identificar dúvidas e adaptar sua abordagem conforme as necessidades da turma.

### ***7.3. Aplicação do conhecimento***

A etapa final da sequência didática consiste na aplicação do conhecimento, por meio de atividades práticas baseadas em metodologias ativas, como análise de casos concretos, resolução de

problemas e debates orientados. Nesse momento, os estudantes são estimulados a utilizar o conhecimento adquirido de forma prática, desenvolvendo habilidades cognitivas e argumentativas.

Essa etapa é fundamental para consolidar a aprendizagem e promover a articulação entre teoria e prática.

A utilização de filmes, estudos de caso reais e simulações contribui para tornar essa etapa mais dinâmica e significativa, permitindo que os estudantes vivenciem situações próximas à realidade profissional.

## **8. RECURSOS DIDÁTICOS NA DOCÊNCIA SUPERIOR**

Os recursos didáticos desempenham papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a organização, visualização e compreensão dos conteúdos. No ensino superior, sua utilização deve ser planejada de forma estratégica, visando potencializar a aprendizagem. O uso de tecnologias, como data show, slides estruturados, mapas mentais digitais e conteúdos audiovisuais, permite a apresentação do conteúdo de forma mais clara e atrativa. Além disso, o quadro e os materiais de apoio possibilitam a construção conjunta do conhecimento durante a aula.

A utilização de filmes e documentários constitui importante recurso pedagógico, pois possibilita a contextualização dos conteúdos e a promoção da reflexão crítica, em consonância com a perspectiva de uma educação problematizadora. Além disso, a indicação de artigos científicos e materiais acadêmicos contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, incentivando a leitura e a construção de uma postura crítica.

## **9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO**

A avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um processo contínuo, formativo e integrado ao ensino, não se limitando à verificação de resultados, mas envolvendo o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Conforme a perspectiva de Freire e Shor (1987), a avaliação deve contribuir para a construção do conhecimento, permitindo ao estudante refletir sobre sua aprendizagem e identificar suas dificuldades.

Os exercícios de fixação desempenham papel importante nesse processo, pois possibilitam verificar a compreensão dos conteúdos e orientar intervenções pedagógicas. Além disso, permitem ao professor identificar lacunas de aprendizagem e adaptar suas estratégias.

Destaca-se, ainda, a importância de considerar as necessidades individuais dos estudantes, oferecendo suporte diferenciado àqueles que apresentam dificuldades, garantindo uma aprendizagem mais equitativa.

## **10. A DOCÊNCIA ALÉM DA SALA DE AULA**

A docência no ensino superior não se restringe ao momento da aula, mas envolve um conjunto de ações que se iniciam no planejamento e se estendem ao acompanhamento da aprendizagem. O professor deve definir objetivos, selecionar conteúdos, escolher metodologias e organizar recursos didáticos de forma intencional. Conforme aponta Libâneo (1998), as mudanças na sociedade exigem do professor uma atuação mais ampla e reflexiva, que ultrapasse a dimensão técnica do ensino.

Além disso, é fundamental que o docente acompanhe o desempenho dos estudantes, identificando dificuldades e promovendo intervenções pedagógicas adequadas. Essa atuação evidencia o compromisso do professor com a aprendizagem e com o desenvolvimento integral dos alunos. Dessa forma, a docência no ensino superior configura-se como uma prática complexa e

multifacetada, que exige do professor planejamento, reflexão, sensibilidade pedagógica e compromisso com a formação dos estudantes.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A docência no ensino superior, conforme analisado ao longo do presente estudo, configura-se como uma prática complexa que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, exigindo do professor uma atuação pedagógica fundamentada na intencionalidade, na reflexão crítica e na articulação entre teoria e prática. Nesse contexto, evidencia-se que o exercício docente demanda não apenas domínio do conteúdo, mas também o desenvolvimento de competências didáticas capazes de promover uma aprendizagem significativa e contextualizada.

A partir das contribuições de Freire e Shor (1987), bem como de José Carlos Libâneo (1998), foi possível compreender que a docência deve ser concebida como uma prática dialógica e problematizadora, na qual o estudante assume papel ativo na construção do conhecimento. Essa perspectiva reforça a necessidade de superação de modelos tradicionais de ensino, baseados na passividade discente, em favor de abordagens que valorizem o diálogo, a participação e a reflexão crítica.

Verificou-se, ainda, que a formação pedagógica do professor universitário constitui elemento essencial para a qualidade do ensino, sendo indispensável o desenvolvimento contínuo de competências relacionadas à organização didática, à escolha de metodologias e à condução do processo de aprendizagem. A ausência dessa formação pode comprometer a eficácia do ensino, evidenciando a importância da formação continuada e da reflexão sobre a prática docente.

No que se refere às estratégias de ensino, destacou-se a relevância da aula expositiva dialogada como instrumento capaz de articular a sistematização do conteúdo com a participação ativa dos estudantes, bem como o papel das metodologias ativas, especialmente a Aprendizagem Baseada em Problemas, na promoção de uma aprendizagem mais significativa e alinhada às demandas contemporâneas. Tais abordagens demonstram-se eficazes ao favorecer o desenvolvimento de habilidades como análise crítica, argumentação e tomada de decisão.

A organização da sequência didática em momentos de problematização, organização e aplicação do conhecimento revelou-se uma estratégia pedagógica consistente, capaz de promover a integração entre teoria e prática, além de estimular o protagonismo discente. Nesse sentido, a utilização de recursos didáticos diversificados, incluindo tecnologias digitais e conteúdos audiovisuais, contribui para tornar o ensino mais dinâmico, contextualizado e significativo.

Destaca-se, também, o papel fundamental da motivação no processo de aprendizagem, evidenciando que o engajamento dos estudantes está diretamente relacionado às estratégias adotadas pelo professor e à forma como o conteúdo é apresentado. Assim, a criação de ambientes de aprendizagem participativos, dialógicos e contextualizados constitui elemento essencial para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Por fim, conclui-se que a docência no ensino superior não se restringe ao espaço da sala de aula, mas envolve um conjunto de ações que incluem planejamento, acompanhamento e avaliação contínua da aprendizagem. O professor, nesse contexto, assume um papel central como mediador, orientador e facilitador do conhecimento, sendo responsável por promover condições que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Dessa forma, reafirma-se a necessidade de uma prática docente comprometida com a inovação pedagógica, a reflexão crítica e a formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender e intervir na realidade social. O ensino superior, portanto, deve ser concebido como um espaço de construção coletiva do conhecimento, no qual professor e estudante atuam de forma colaborativa na busca por uma aprendizagem significativa e transformadora.

## **12. REFERÊNCIAS**

FREIRE, P E SHOR, Ira. “Medo e ousadia: o cotidiano do professor.” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José C. As mudanças na sociedade, a reconfiguração da profissão de professor e a emergência de novos temas na Didática. In: ENDIPE, 1998, Águas de Lindóia. Anais II, v. 1/1, Águas de Lindóia, 1998.

**ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS DE  
APRENDIZAGENS: INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO DA SALA REGULAR**

ARAÚJO, SÔNIA VENÂNCIO DE  
SANTOS, MARINALVA LÚCIA DOS  
VIEIRA, OSVALDO DE OLIVEIRA  
AMARAL, IDIRENE QUEIROZ  
FERNANDES, SELMA DE OLIVEIRA  
SANTIAGO, HELENA BARBOSA

**Cuiabá – MT**

# **Estudantes COM NECESSIDADES EDUCATIVAS especiais de aprendizagens: INCLUSÃO no processo de ensino DA SALA REGULAR**

ARAÚJO, SÔNIA VENÂNCIO DE<sup>1</sup>  
SANTOS, MARINALVA LÚCIA DOS<sup>2</sup>  
VIEIRA, OSVALDO DE OLIVEIRA<sup>3</sup>  
AMARAL, IDIRENE QUEIROZ<sup>4</sup>  
FERNANDES, SELMA DE OLIVEIRA<sup>5</sup>

## **RESUMO**

Este trabalho tem como finalidade abordar sobre a questão das crianças com de necessidades educacionais especiais na sala ensino regular. O presente trabalho foi organizado de modo a fornecer subsídios para que os professores possam compreender o quanto é importante considerar a individualidade do educando, atendendo às suas necessidades de forma inclusiva. Visto que incluir é muito mais que receber o estudante no espaço escolar, é também favorecer o seu aprendizado, respeitando-o como sujeito ímpar, oferecer situações favoráveis à sua aprendizagem, sem deixar que, por apresentar alguma necessidade especial, o estudante deixe de desfrutar de todos os momentos que propiciem o seu pleno desenvolvimento. Sob este olhar, o objetivo geral deste trabalho é discutir as dimensões: legal, política e pedagógica da educação especial, focalizando o processo de inclusão como garantia de acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. Este trabalho foi composto de pesquisa bibliográfica, a qual analisa diversos e diferentes autores que abordam acerca da inclusão. Espera-se que o trabalho forneça informações acerca do que é inclusão e de como a escola poderá se tornar verdadeiramente inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação Especial. Escola. Educadores.

## **1. INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa tem por finalidade trazer informações que auxiliem os professores no acolhimento aos alunos com de necessidades especiais. Sua relevância consiste no fato de que, a partir das considerações aqui reveladas, pode-se refletir sobre o que é de fato a inclusão e como se deve incluir para que o portador de necessidades especiais venha ter uma vida digna e com qualidade.

A criança que nasce ou que a adquire alguma deficiência no decorrer da sua vida tem no seu cotidiano uma série de dificuldades. Os obstáculos são grandes e maiores são os desafios a serem alcançados. Não é tão-somente a deficiência exposta que torna o aprendizado às vezes difícil, mas também e, especialmente, a atitude da comunidade em geral em relação às suas dificuldades. Nesse sentido, sofre a criança, diante de todos esses preconceitos e sofre a família, que na maioria das vezes não encontra apoio nas instituições por onde passa.

O objetivo deste trabalho consiste em buscar meios para os profissionais da educação, principalmente aqueles que atuam com alunos portadores de necessidades especiais além de mostrar como e de que forma a inclusão acontece no cotidiano das escolas em nosso país. Também, apresentará as principais maneiras de atuação dos professores perante estes alunos.

A escola é uma instituição em que suas portas devam estar abertas a todos, e é um direito de todos adentrar e nela permanecer, tendo a sua individualidade respeitada. Deste modo, este espaço precisa

<sup>1</sup>Esp. Pedagogia Social e Educação Especial e Inclusiva-FAVENI

<sup>2</sup>Esp. Psicopedagogia – FACIPAN

<sup>3</sup>Mestrado Profissional em Matemática -UFMT

<sup>4</sup>Esp. Gestão Pública – UNIC -

<sup>5</sup>Atendimento Educacional Especializado -INVEST

ser preparado para atender a todos os alunos, independente das suas dificuldades. A escola deve estar adequada para os portadores de necessidades especiais e não os estudantes que têm que se adequar a ela.

Nesta pesquisa procurarei responder aos seguintes questionamentos: como incluir uma criança portadora de necessidades especiais na escola regular? As escolas estão adaptadas fisicamente para atender estes alunos?

E para responder a esta problematização, o referido artigo foi realizado através de uma pesquisa metodológica em sites, revistas, livros que tratam sobre a inclusão e sobre o atendimento dentro das escolas aos portadores de necessidades educacionais especiais. Em seguida fez-se a seleção daqueles que são de interesse para o trabalho.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A inclusão do estudante portador de necessidades educacionais especiais**

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), assistimos vários debates referentes a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. A inclusão tem sido motivo de discussões no âmbito educacional tanto na forma de legislação quanto na teoria e prática. Porém, ainda há poucos os estudos que identificam as concepções inclusivas de professores que trabalham com alunos especiais.

De acordo com Gonçalves (2005), diz que no Brasil cerca de 24 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência e que isso deve ser tratado como uma questão social de interesse de todos. Nos diversos períodos da história da humanidade, a deficiência era vista de diferentes maneiras.

Na Idade Média, por exemplo, a pessoa portadora de alguma deficiência era entendida como uma degeneração humana, e muitas destas pessoas eram abandonadas, mortas ou ficavam sujeitas a crenças ligadas ao sobrenatural. Nesta época, aqueles que apresentavam algum tipo de deficiência eram vistos como a marginalização social, a segregação, o alisamento e o prognóstico da incurabilidade.

Era comum que os portadores de necessidades especiais sofressem diversos tipos de humilhação. Foi somente no século XX que a sociedade passou a compreender o conceito de diversidade, defendendo o direito de singularidade de cada indivíduo.

Segundo Cavalcante (2005) em boa parte das nossas escolas a inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais não ocorre de modo que deveria acontecer.

A referida autora cita que em muitos casos a falta de informação ou até mesmo pela omissão de muitos pais, dos educadores e do poder público, há um grande número de crianças que ainda vivem isoladas em instituições especializadas, privadas de manter contato com outras crianças de sua idade em uma escola regular.

É importante o convívio destas crianças portadoras de necessidades especiais com as demais crianças em uma escola regular, isso possibilitará que elas venham a desenvolver plenamente as suas potencialidades, por outro lado, as demais crianças aprenderão a conviver com um colega que necessita de seu apoio e da sua compreensão. Existirá nisso uma troca que favorecerá o aprendizado de todos. Como cita:

O motivo principal de elas estarem na escola é que lá vão encontrar um espaço genuinamente democrático, onde partilham o conhecimento e a experiência com o diferente, tenha ele a estatura, a cor, os cabelos, o corpo e o pensamento que tiver. Por isso quem vive a inclusão sabe que está participando de algo revolucionário (CAVALCANTE, 2005, p. 40).

Também Mantoan (2003) menciona que as escolas de qualidade requerem de espaços educativos para a construção de personalidades humanas autônomas e críticas. Conforme a autora, é nas escolas regulares que os alunos aprendem a valorizar a diferença a partir da convivência com os demais. Nessas escolas as aulas são ministradas embasadas em relações de afetividade.

Uma escola que funciona dessa maneira estará aberta às diferenças e os educadores são capazes de ensinar a turma toda sem discriminação.

Quando a escola recebe um estudante portador de necessidades educativas especiais, deve estar preparada para atender às suas necessidades. Algumas orientações são norteadoras para que a atuação vá de encontro ao que cada sujeito necessita.

Quando a instituição escolar acolhe um estudante que apresente deficiência auditiva, é importante que a escola tenha um professor ou um monitor que seja especializado na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Pois para que aconteça a comunicação com a criança é importante que o professor da sala e as demais crianças aprendam a comunicar-se através da Língua Brasileira de Sinais.

Caso haja alunos que utilizem aparelho auditivo, é importante que o professor tenha o conhecimento do funcionamento e a potência do aparelho utilizado. Para que o aprendizado aconteça mais sistematicamente, o professor também poderá fazer uso de representações gráficas.

Outro fator importante se refere à comunicação direta com o aluno, pois todos devem falar sempre de frente para ele, o que facilita a compreensão da situação comunicativa.

Quando o estudante atendido apresentar dificuldades visuais existem determinados materiais que devem ser usados para que as situações de aprendizagem sejam realmente significativas para ele: o uso de regletes (uma espécie de régua para escrever em braile). Se faz importante que o professor saiba como se dá o uso desse material, que seja capacitado para este fim.

Algumas orientações que devem ser passadas para o estudante no que diz respeito à locomoção, comunicação e acessibilidade. É necessário, por exemplo, colocar cercados no chão, abaixo dos extintores de incêndio e também deve ser instalados corrimões nas escadas, caso existam escadas na escola. Também é importante que não se modifique a disposição dos móveis e utensílios da sala, pois o estudante aprende a posição em que se encontram e usa essa orientação para locomover-se na sala de aula.

Quando a escola recebe um estudante portador de deficiência física os espaços das escolas devem ser adequados as suas necessidades e não o contrário. Não é o estudante que deve adaptar-se à escola, mas sim a escola que deve ser adaptada para atender às necessidades do educando.

A adaptação do espaço físico deve conter: rampas de acesso, barras de apoio e portas largas, móveis adequados para atender as necessidades do aluno.

Caso haja alunos cadeirantes a escola precisa estar atenta para que a posição seja mudada constantemente evitando desconforto e cansaço para o aluno. É importante questionar aos pais do estudante se existem posições adequadas para ficar e o professor deve certificar no decorrer das aulas se esta posição está correta.

Nos casos em que a escola receba alunos portadores de deficiência mental ela deve possuir uma equipe que possa realizar um acompanhamento individual e contínuo. Sabe-se que, geralmente os deficientes mentais têm dificuldades para operar idéias abstratas. A escola deve oferecer apoio dos profissionais especializados para que o estudante venha ter condições de aprendizagem adequadas às suas necessidades, de forma que o mesmo tenha todas as suas potencialidades desenvolvidas.

Existem algumas posturas que devem ser adotadas pelos educadores para favorecer o aprendizado e crescimento do aluno, tais como: posicionar o estudante já nas primeiras fileiras de modo que possa estar a todo instante sempre atento a ele; estimular o estudante a desenvolver habilidades interpessoais e ensiná-lo a pedir instruções e solicitar ajuda; trata-lo de acordo com a

faixa etária, somente deverá adaptar os conteúdos curriculares se receber orientações de uma equipe de apoio multiprofissional; avalie a criança sempre com base no seu crescimento individual e respeitando o que ela é capaz de fazer até aquele momento, sem jamais comparar o seu desenvolvimento com o dos demais colegas da sala.

O professor necessitará estar atento às necessidades de cada aluno, para que a partir dessa observação possa auxiliá-lo nas dificuldades que o mesmo apresenta. É importante afirmar que nem sempre quando um estudante vai mal e toda a sala tem um desenvolvimento satisfatório, esse estudante apresenta algum tipo de deficiência. Deve-se considerar que, muitas vezes a forma como é ministrada a aula atinge determinados alunos, mas não foi a forma correta para atender a necessidade de aprendizagem de outro. Daí a importância do olhar sempre atento do professor.

## **2.2 Os Desafios de uma escola inclusiva**

A educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos, favorecendo a diversidade. De acordo com o dicionário LUFT (1998), inclusão é o ato ou efeito de incluir-se, ou seja, é fazer parte de algo, é ser inserido.

As leis sobre a educação inclusiva ainda estão caminhando lentamente para que haja realmente a inclusão no ambiente escolar. As sociedades antepassadas não aceitavam a deficiência, nem mesmo a família, pois as crianças ficavam presas em casa pois eram motivo de vergonha, provocando assim uma exclusão quase total das pessoas portadoras de deficiência. Mas felizmente o mundo se desenvolveu e começou-se uma maior aceitação da deficiência devido o aparecimento de novos pensamentos e mentalidades.

Nesse sentido Gil (2005, p.16) salienta que: “[...] a educação inclusiva não é uma moda passageira. Ela é resultado de muitas discussões, estudo teórico e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiências e educadores, no Brasil e no mundo”.

Muitas destas transformações começaram a aparecer no final do século XIX e começo do século XX com a Revolução Industrial, onde a educação passou a ser mais trabalhada nos países mais desenvolvidos. Provocando o início do atendimento aos deficientes, bem como o surgimento da educação especial destinada a um movimento de inclusão tanto escolar como social.

No entanto, grande parte das escolas tem dificuldade em integrar as crianças com necessidades especiais, pois não possuem condições adequadas, como rampas de acesso, banheiros adaptados, diferenciação de texturas no piso, entre outros. Segundo BUSCAGLIA, 1997, p. 208):

Os deficientes têm os mesmos direitos que todas as outras pessoas – o direito de viver da maneira mais confortável, criativa e satisfatória possível, com liberdade, alegria e crescimento contínuo, e de desempenhar a função de sua escolha, de acordo com suas capacidades. Visto que não esperam consideração especial, também não necessitam ter superiores, tendo de constantemente colocarem-se á prova, mais da qualquer outra pessoa. Precisam apenas de tratamento e oportunidades iguais, para que vivam com igual dignidade.

Ou seja, é preciso uma escola que acolhe as diferenças, que colabora e que convive. Mas o professor pedagogo também enfrenta muitos desafios na construção de uma escola inclusiva, pois com os alunos com necessidades especiais inseridos na rede regular de ensino o professor tende de ser mais ágil, pois sabemos que muitas escolas têm suas salas de aula superlotadas de alunos, ficando o professor impossibilitado de dar maior atenção ao estudante com necessidade especial.

Além disso, muitos professores têm medo de receber alunos com necessidades especiais, pois não possuem experiência e formação específica para poder exercer um trabalho pedagógico voltado para o estudante de inclusão, pois assim como as escolas necessitam ter seu ambiente

escolar adaptado para receber os alunos de inclusão os professores também devem estar preparados para esses novos desafios.

Sabemos que nenhuma escola pode negar conhecimento, portanto na recente Política de Educação Especial (2008, p. 17-18) aponta que:

Para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base sua formação inicial e continuada, conhecimento gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta de serviços e recursos de Educação Especial”

Além disso, o professor tem de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino para atender estes alunos de inclusão, e para isso é preciso que os professores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. É preciso que haja um direcionamento para o estudo de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e as diversidades na sala de aula.

Conforme Camargo (2005) diz que para todas as necessidades dos alunos portadores de necessidades especiais venham ser de fato atendidas se faz necessário que os educadores e todos os outros profissionais saibam como atuar de modo a atender estas necessidades.

Pois, não se pode falar sobre a inclusão quando dentro da instituição escolar a equipe não tem o devido preparo para atender aos alunos. Muitas vezes é fundamental a atuação de uma equipe multidisciplinar.

A prática da inclusão dos alunos especiais em sala de aula regular deve ser subsidiada com o apoio do professor do AEE, com intuito de promover o aprendizado levando em consideração não somente a deficiência, mas suas potencialidades. Sua prática é basicamente propor situações para que o estudante possa interagir e ao mesmo tempo sair de uma posição passiva diante da aprendizagem e passe para uma postura dinâmica de apropriação do saber.

Para isso, é importante que o professor promova um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade. “[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico, (MANTOAN,1997, p.120).

É importante pensar no professor como agente transmissor de conhecimento que respeita as diferenças, e que cada estudante reage de acordo com a sua personalidade, seu estilo de aprendizagem, sua experiência pessoal e profissional, entre outras. Para isso, a formação destes p deve educadores deve ser implantada juntamente com a inclusão, nos cursos de formação de professores, de elementos relativos a atuação desse profissional nas equipes multidisciplinares lhe permitindo exercer o magistério de forma crítica e criativa, tendo compromisso tanto com toda a sociedade, como com as crianças que irão ensinar.

É também importante que essa formação não seja voltada apenas para os professores, como também para todos os profissionais da área da educação na escola, onde os centros de apoio, por sua vez, também farão o seu papel, disponibilizando profissionais especialistas, como fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, psicólogo, entre outros.

Planejar uma ação educativa o planejamento deve ser participativo – envolvendo os educadores da educação especial e regular e todas as pessoas envolvidas no processo.

O professor especializado deve participar de todas as ações devendo opinar e discutir com o professor regular, participar de tudo o planejamento em suas fase de elaboração execução e avaliação:

O papel do professor especializado, nesse sentido, se dá em parceria com professor da escola regular para atender as necessidades e potencialidades peculiares, de cada aluno, dentro do ensino regular. Os professores do ensino regular apontam como principais dificuldades e impasses gerados pelo atual modelo de inclusão: a eficácia da metodologia aplicada; a falta de recursos e de infraestrutura; as péssimas condições de trabalho; as jornadas de trabalhos excessivas; os limites da formação profissional; o número elevado de alunos por sala de aula; os prédios malconservados; o despreparo para ensinar seus alunos (SOUZA, 2010, p. 3).

São professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educativas especiais, aqueles que comprovem que em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdo ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências como:

- a) Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- b) Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento;
- c) Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo;
- d) Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implantar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, outras, como:

- e) Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para a educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;
- f) E complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Portanto a formação dos professores deve ser implantada juntamente com a inclusão, nos cursos de formação de professores, de elementos relativos a atuação desse profissional nas equipes multidisciplinares lhe permitindo exercer o magistério de forma crítica e criativa, tendo compromisso tanto com toda a sociedade, como com as crianças que irão ensinar.

À medida que os professores os reconhecerem como crianças com necessidades educacionais especiais e desmistificarem seus conceitos referentes às altas habilidades, haverá uma maior probabilidade de que tais alunos tenham seus direitos educacionais realmente cumpridos.

Altas habilidades referem-se aos comportamentos observados e/ou relatados que confirmam a expressão de ‘traços consistentemente superiores’ em relação a uma média (por exemplo: idade, produção ou série escolar) em qualquer campo do saber ou do fazer.

Deve-se entender por ‘traços’ as formas consistentes, ou seja, aquelas que permanecem com frequência e duração no repertório de comportamento das pessoas, de forma a poderem ser registradas em épocas diferentes e situações semelhantes (BRASIL, 2008).

O processo de identificação dos alunos não é algo simples. Em decorrência disso, o Ministério da Educação e a Secretaria da Educação Especial publicaram, em (2001, p.19) os Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial – Área de Altas Habilidades.

Nesse documento, alguns procedimentos foram apresentados para identificar as crianças com altas habilidades, ente eles:

Ainda, a avaliação desses alunos deve ser feita por uma equipe interdisciplinar. Avaliação realizada por professores, especialistas e supervisores; percepção de resultados escolares superiores aos demais; auto avaliação; aplicação de testes individuais, coletivos ou combinados e demonstração de habilidades superiores em determinadas áreas.

Reforça a necessidade reunir um maior número de fontes possíveis para a identificação dos alunos com altas habilidades. Ela observa que: este enfoque, por tanto, essa fora, os testes padronizados, como, por exemplo, os de QI, não podem ser vistos com única fonte de identificação, pois se sabe que esses testes valorizam áreas como a lógica-matemática e a linguística, não contemplando as demais habilidades.

A validade da educação inclusiva, no entanto, é indiscutível se considerarmos que a criança interage com o meio, considerando-se à sua maneira própria, diferente entrar em contato com o mundo, respeitando sempre suas possibilidades e limites.

Também Baptista e Rosa (2002) tratam sobre o tema inclusão, afirmando quão importante é a integração da pessoa portadora de necessidades educativas especiais. Os autores citam que na Itália, país em que há um alto índice de inclusão existem alguns critérios nas escolas para que a inclusão seja realmente eficaz para o aluno.

O limite de 20 alunos para as classes que possuem alunos com necessidades educativas. A presença de, no máximo, dois alunos com necessidades educativas especiais em uma sala. A presença de um professor de apoio para atuar junto à classe, como suporte de todos os envolvidos (professor e alunos). (BAPTISTA E ROSA, 2002, P. 131)

Outra autora que trata sobre os portadores de necessidades educativas especiais Maria Tereza Mantoan (2003) que diz ser a inclusão uma das melhores maneiras para que as escolas revejam diversos fatores dentro do seu quadro. O estudante portador de necessidades educativas especiais não pode ser tratado como um sujeito que não tem habilidades a serem desenvolvidas.

Deve-se acreditar e investir no seu potencial. A escola inclusiva oferece a todos as mesmas oportunidades.

Mantoan (2005) em entrevista concedida à Revista Pátio (2005, p. 24-26), quando questionada sobre o que é inclusão diz que, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Para a autora, a educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceções.

Para Dutra (2003), “[...] Inclusão exige uma reestruturação do sistema de ensino, com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais (p.46) ”.

É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus ou até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

### **2.3 Parceria escola e família do estudante portador de necessidades educativas especiais**

Sabe-se que para a família do estudante portador de necessidades educativas especiais não é tarefa fácil lidar com todas as adversidades encontradas na sociedade, pois elas vão desde barreiras reais até aquelas que existem baseadas nos preconceitos que ainda existe na sociedade. Como salienta Wise (2003):

O entendimento de que um bebê é diferente, e de que pode apresentar uma variedade de limitações é o começo de uma longa e dura luta para garantir o melhor para tal criança.

Alguns pais sabem, desde o nascimento, que seu filho terá problemas duradouros. Se o diagnóstico é óbvio, eles receberão a notícia logo após a criança nascer. Esse é um momento crítico, e a maneira como eles recebem o diagnóstico pode ter um efeito duradouro sobre a atitude e as respostas dos pais para com as dificuldades de seu filho. Os pais lembram para sempre a forma como a notícia foi dada, do quão apoiadores os profissionais foram e que mensagem subjacente foi transmitida (WISE, 2002, p. 17).

Se faz importante que no contato com os pais, os professores e a coordenação da escola questionem que tipo de ajuda o estudante necessita, qual o tipo de medicamento faz uso, que horários são determinados para ir ao banheiro, por exemplo, se tem crise e quais procedimentos devem ser adotados.

Para incluir verdadeiramente os portadores de necessidades educativas especiais, a escola necessita contar com a participação da família do mesmo. A família tem um significado de grande importância, principalmente no que se refere ao lado emocional do aluno.

É a partir do convívio familiar que se estabelecem as relações sociais, é a família a primeira instituição social que o sujeito está inserido. Por isso, a importância de que a escola a todo instante tenha a família como parceira.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) utilizaram como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e determinaram que existem princípios que servem de orientação para a educação escolar. Seguem as idéias centrais que regem esses princípios, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Dignidade da pessoa humana - Implica respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas.

Igualdade de direitos - Refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada.

Participação - Como princípio democrático, traz a noção de cidadania ativa, isto é, da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, compreendendo que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe, étnicas, religiosas, etc...

Corresponsabilidade pela vida social - Implica partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva. É, nesse sentido, responsabilidade de todos a construção e a ampliação da democracia no Brasil.

Se faz importante que a integração da pessoa portadora de necessidades educativas especiais também abarque a família, ela deve estar inserida nesse processo para que a aceitação e a adaptação aconteçam de modo a fazer com que o pleno desenvolvimento do sujeito aconteça. A todo o momento o mais importante é o bem-estar do portador de necessidades educativas especiais, a sua melhor qualidade de vida e o atendimento às suas reais necessidades.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho buscou investigar como se dá o trabalho pedagógico com alunos Especiais que é o caso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na sala de aula comum no processo de inclusão escolar.

De acordo as pesquisas, compreendemos que, apesar de a maioria das professoras da sala de aula comum tentar proporcionar estratégias pedagógicas diferenciadas, assim como avaliações flexíveis mediante às particularidades dos alunos, elas ainda se encontravam desarticuladas com as diretrizes da política de Educação Inclusiva vigente. Nesse sentido, considera-se a formação

profissional uma ferramenta importante nessa questão, desde que ela esteja vinculada à prática e seja realizada em serviço com os demais profissionais da escola.

Destaca-se também, a necessidade de informar às famílias destes alunos os direitos garantidos por lei em domínio educacional para seu filho diante do processo de inclusão em instituição de ensino regular.

Esse conhecimento pode favorecer a família de tal forma a colaborar ativamente no processo de ensino do filho, no entanto a escola teria o papel fundamental de tornar possível essa parceria entre família

Enfim, por meio deste estudo, entendemos que a escola inclusiva precisa ter uma equipe especializada com espaços privilegiados à disposição de todos os alunos da escola; uma equipe que também se integra ao corpo docente para partilhar procedimentos didáticos que se fazem necessários para algumas situações em especial, mas também para aqueles que só tem a ganhar com uma escola de maior qualidade, ou seja, todos os alunos e que esta escola propicie uma educação que de fato seja a síntese entre o patrimônio cultural da humanidade, e que o professor tenha condições de tratar os alunos como seres únicos a serem socializados.

Porém, pode-se dizer que, o grande desafio dos professores é não somente questionar as demandas da legislação atual para a escolarização dos alunos especiais, mas problematizar no sentido de garantir a permanência e a apropriação de conhecimentos desses alunos na Educação Básica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Cláudio Roberto e ROSA, Cleonice (org.). Reflexões e projetos de intervenção. Porto Alegre. Artmed, 2002.

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2. Ed. Atualizada. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Rev. Educ. Esp., Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008. Ed. Especial.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

\_\_\_\_\_, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais e Ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUACAGLIA, Leo; os deficientes e seus pais- um desafio ao acolhimento; 3º edição; Editora Record; 1997.

CARNEIRO, M. S. C. Reflexões sobre a avaliação da aprendizagem de alunos na modalidade Educação Especial na Educação Básica. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 44, p. 513-530, 2012. DOI: 10.5902/1984686X7190

DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

CAMARGO, Jr. Walter. Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio. Secretaria Especial dos direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Brasília, 2005.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. IN: Revista Nova Escola. São Paulo: Fundação Victor Civita, nº 183, 2005. p.40-45.

GIL, Marta. Educação inclusiva: O eu o professor tem a ver com isso? São Paulo: Imprensa oficial, 2005. p. 165.

GUIMARÃES, Arthur. Inclusão que funciona. IN: Revista Nova Escola. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2003. p.43-47.

LOPES, R. P. V.; MARQUEZAN, R. O Envolvimento da Família no Processo de Integração/ Inclusão do Estudante com Necessidades Especiais. Cadernos de Educação Especial, Santa Maria - RS, n. 15, p. 43-50, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda, revista pátio, ano v, nº 20, fevereiro/abril 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Batista, Cristina Abranches Mota. Atendimento Educacional

Especializado em Deficiência Mental. GOMES, Adriana L. Limaverde. Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular, *Educar em Revista*, Curitiba: Editora UFPR, n. 41, p. 81-93. 2011.

NAVEA, Juliana Costa. Função atual de uma escola de educação especial, na cidade de campinas face aos preceitos da inclusão escolar. São Paulo. 2007.

PLETSCH, M. D; FONTES, R. de S. A inclusão escolar de alunos com necessidades Especiais: diretrizes, práticas e resultados de uma experiência brasileira. *Revista Educar*, Jalisco, México, n. 37, p. 87-97, 2006.

SCHMIDT, C. et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 17(3), 222-235. São Paulo, SP, jan.-abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15348/1980-6906/psicologia.v18n1p222-235> . Acesso em 14 nov.2020

SOARES, M.R.Z.; SOUZA, S.R. de; MARINHO, M.L. Envolvimento dos pais: incentivo à habilidade de estudo em crianças. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 21, n. 3, p. 253-260, set. / dez., 2004.

SOUZA, Jurete da Silva. O papel do professor na educação inclusiva. Disponível em:< <http://www.webartigos.com/artigos/o-papel-do-professor-na-educacao-inclusiva/31116/>> . Acesso em 14 nov.2020